



Município da Marinha Grande

Câmara Municipal

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
14/12/2018.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 42

Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Mêlina Monteiro Mira Domingues;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.^a Presidente abriu a reunião pelas 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.^a Vereadora **Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho** comunicou em 16/12/2018, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atualizadas, que, por motivos de índole pessoal, estará ausente no período compreendido entre 14 de dezembro de 2018 (inclusive) e 31 de dezembro de 2018 (inclusive), pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que durante a sua ausência, e em todas as suas funções enquanto Vereadora, será substituída pelo candidato imediatamente a seguir na lista da CDU – Coligação Democrática Unitária, **Álvaro Miramar Botas Letra**.

Nesta reunião, o candidato substituto não esteve presente.

O Sr. Vereador **Carlos Alexandre de Carvalho Caetano** saiu da reunião pelas 12:00 horas, após ter votado o ponto 47, referente à “Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2019: Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal e Orçamento”, para participar nas cerimónias fúnebres do seu pai.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

1. Protocolo - Edifício sede da freguesia da Marinha Grande. Proposta para a Assembleia Municipal.

GABINETE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- 2.** Protocolo de cooperação e apoio financeiro a celebrar com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Marinha Grande
- 3.** Protocolo de cooperação e apoio financeiro a celebrar com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOUREARIA

- 4.** P.A. N.º 120/2018-AP/DAF – “*Contratação de seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2019*” Adjudicação
- 5.** P.A. N.º 15/2016-AP/DISU - Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande – 2.ª Revisão de Preços
- 6.** 28.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018 – 4.ª Revisão
- 7.** P.A. N.º 104/2018-AP/DCD – Atividade de animação e apoio à família, componente de apoio à família e dinamização de bibliotecas escolares, de 26 de novembro de 2018 a 31 de julho de 2019 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro - *Retificação da deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal de 25 de setembro de 2018*
- 8.** P.A. n.º 135/2018-AP/DMC - Prestação de serviços de *LIVE STREAM* para transmissão em direto das reuniões ordinárias da Câmara Municipal e das sessões da Assembleia Municipal para o ano de 2019 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro
- 9.** Transportes escolares e de interesse municipal e relevante no âmbito de projetos educativos, culturais, sociais e desportivos apoiados pelo município para o ano 2019 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro
- 10.** *Contrato-programa para a prestação de serviços de interesse geral de transporte de passageiros para 2019* - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro
- 11.** "Execução da rede de abastecimento de água na rua dos Bentos e na rua do Pontel – Fase 4" - Concurso Público n.º 03/2018 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro
- 12.** "Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira - Fase 4" – Concurso Público nº 19/2017 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

13. P.A. n.º 13/2015-AP/DOT - "Aquisição de serviços de elaboração de projeto de execução da rede de saneamento doméstico da Amieira, Charneca da Amieira, Picassinos, Pedrulheira e Tojeira" - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

14. "Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG - Fase 01" - Concurso Público n.º 14/2018 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

15. "Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG - Fase 02" - Concurso Público n.º 15/2018 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

16. P.A. n.º 15/2015-AP/DOT - Aquisição de serviços de elaboração de projeto de execução das infraestruturas para ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e projeto da rede viária da saída norte da ZIMG. - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

17. "Requalificação da Rua e Travessa do Mirante" - Concurso Público n.º 17/2018 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

18. "Requalificação da rua da Vitória - Ordem" - Concurso Público n.º 13/2018 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

19. P.A. N.º 62/2018-AP/DISU - Projeto de Execução para a Requalificação da rua Aníbal Bettencourt em São Pedro de Moel - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

20. P.A. n.º 10/2017-AP/DOT - Contratação do projeto de execução da ciclovia entre a Rua dos Carreirinhos e o Estádio Municipal e do projeto de execução da ampliação da Rua dos Cortiços - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

21. P.A. n.º 11/2017-AP/DOT - Contratação do projeto de execução da ciclovia entre a Zona Industrial e a E.R.242-2 e do projeto de execução da requalificação da Rua da Portela - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

22. P.A. n.º 53/2017-AP/DOT - Elaboração de projeto de execução da construção do centro de interface de transportes urbanos e do projeto de execução do terminal rodoviário da Marinha Grande - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

23. P.A. n.º 75/2012-AP/DOP – “Elaboração dos projetos das especialidades da instalação de uma creche no Edifício da Ivima” - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

24. "Instalação de Creche para 84 crianças no Edifício da IVIMA" - Concurso Público n.º 17/2017 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

25. Projeto de reforço e/ou substituição da estrutura da cobertura do corpo sul do Edifício da IVIMA - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

26. P.A. n.º 81/2014-AP/DOT - "Revisão do Plano Director Municipal da Marinha Grande" - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

27. P.A. n.º 59/2017-AP/DOT - Contratação do serviço de levantamento do património arqueológico do concelho da Marinha Grande - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

28. P.A. n.º 82/2017-AP/DOT - Elaboração de projeto de requalificação do ponto de água em Albergaria - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

29. Prestação de serviço de elaboração de projeto da rede elétrica e telegestão da exploração do furo SL6 da Pedrulheira - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

30. "Remodelação do Centro de Saúde da Marinha Grande" - Concurso Público n.º 12/2018 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

31. P.A.N.º83/2017-AP/DOT-Elaboração de projetos de arquitetura e especialidades para reabilitação do Bloco L e M - Casal Malta - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

32. Elaboração de projetos de especialidade para a requalificação da cantina escolar da Embra - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

33. P.A. n.º 74/2017-AP/DOT - Prestação de serviços de elaboração de projetos de arquitetura e especialidades para conceção de Centro Escolar da Várzea - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

34. "Requalificação/ampliação da Escola Básica da Moita" - Concurso Público nº 05/2018 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

35. P.A. n.º 2/2017-AP/DOT - Elaboração de projetos de especialidades para requalificação e ampliação da escola da Moita - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

36. P.A. n.º 58/2018-AP/DOT - Projeto de execução para construção Patinódromo, adaptação e reabilitação de balneários e bancadas de apoio e requalificação de arruamento – Casal Malta - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

37. "Execução de Circuito de Ensino Rodoviário - Parque da Cerca - Marinha Grande" - Concurso Público n.º 27/2017 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

38. P.A. n.º 20/2018-AP/DOT - Elaboração de anteprojeto e projeto de execução da requalificação arquitetónica e energética do Edifício da Biblioteca Municipal - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

39. P.A. n.º 14/2018-AP/DOT - Projeto de reabilitação integral de edifício para apoio aos equipamentos instalados no Património Stephens - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

40. P.A. n.º 68/2014-AP/DAM – Elaboração de regulamento municipal dos serviços de abastecimento água, saneamento, águas residuais e gestão resíduos urbanos, estudo do tarifário e elaboração do respetivo regulamento de tarifa. - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

41. P.A. n.º 43/2018-AP/DISU - Elaboração de Plano Geral do Sistema de Abastecimento de Água da Freguesia da Marinha Grande - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

42. PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº 90/2018 – AP/DAF – Contratação de serviços de certificação legal das contas do Município da Marinha Grande e respetivo parecer a emitir por auditor externo para o ano de 2018 – Proposta a remeter à Assembleia Municipal da Marinha Grande para efeitos do cumprimento do disposto no art.º 77.º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro.

- 43. Lançamento da derrama relativa ao ano de 2018 a cobrar em 2019
- 44. Imposto Municipal sobre Imóveis. Fixação da taxa respeitante ao ano de 2018 a liquidar no ano de 2019
- 45. Redução da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis nos termos do artigo 112.º-A do CIMI
- 46. Percentagem de Participação Variável no IRS – rendimentos de 2019 a liquidar em 2020
- 47. Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2019: Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal e Orçamento
- 48. Autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais.
- 49. Cargos de direção intermédia de 3.º grau - aumento do nível remuneratório.

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

- 50. “Plano geral do sistema de abastecimento de água à freguesia da Marinha Grande – PA n.º 43/2018” - Aprovação da fase I
- 51. Receção provisória - Requalificação da rua e travessa das Andorinhas - Concurso público n.º 20/2016
- 52. Receção provisória - Reabilitação do estabelecimento de restauração e de bebidas do Jardim Luís de Camões – Concurso público n.º 01/2017
- 53. RECEPÇÃO PROVISÓRIA - Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas da Amieira e Charneca da Amieira – Fase 3 – Concurso público n.º 18/2017
- 54. RECEPÇÃO PROVISÓRIA - Requalificação da Rua Esquerda e Rua da Almoinha Velha – Concurso público n.º 20/2017
- 55. RECEPÇÃO PROVISÓRIA - Rede de abastecimento em alta - São Pedro de Moel - Estabilização de taludes – Concurso público n.º 31/2017
- 56. NÃO RECEPÇÃO PROVISÓRIA - Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho - Concurso público n.º 15/2017
- 57. RECEPÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL - Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho - Concurso público n.º 15/2017
- 58. Proposta de Adendas aos contratos públicos nº 69/2018 Requalificação/Ampliação da Escola Básica da Moita - Concurso público n.º 05/2018 e n.º 93/2018 - Requalificação da Rua da Vitória - Concurso público n.º 13/2018

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

- 59. Celebração de protocolo de parceria para o funcionamento da Orquestra Juvenil da Marinha Grande.

ATIVIDADE FÍSICA

- 60. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Associação Cultural e Recreativa da Comeira.
- 61. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato. Programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Clube Desportivo da Garcia.
- 62. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato. Programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Sociedade de Beneficência e Recreio 1º Janeiro.
- 63. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato. Programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Industrial Desportivo Vieirense.

DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO

APOIO JURÍDICO

64. TUMG Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal SA. Instrumentos de Gestão Previsional para 2019. Mandato Discriminado

65. Contrato-programa para a prestação de serviços de interesse geral de transportes de passageiros para 2019. Proposta à Assembleia Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira pediu a palavra e referiu o seguinte:

“Apesar de não haver período antes da ordem do dia, não posso deixar de fazer as seguintes considerações:

Hoje não devíamos estar aqui, e esta reunião devia ter sido adiada, por dois motivos:

a) a ausência do colega vereador Carlos Caetano, por estar no velório do seu pai. Infelizmente foi o fim anunciado, mas é sempre muito doloroso perder o pai. O pai Caetano para além de ter sido vereador desta camara no primeiro executivo pós 25 de abril, na década de 80, fomos amigos e colegas de formação, em que o Caetano lecionava desenho.

b) Por outro lado a circunstancia em que estamos a fazer esta reunião extraordinária com 65 pontos, e apenas dois dias para preparar. Por isso solicitámos o adiamento para segunda-feira, que não foi aceite pela Sra. Presidente.”

A **Sr.ª Presidente** referiu que com todos os problemas da preparação desta reunião, se tal fosse possível, também teria razões para adiar a reunião. Mas depois de o executivo permanente avaliar a situação e os prazos, e já com a Assembleia Municipal marcada para dia 20 de dezembro, com o agendamento deste apoio para a Junta de Freguesia, que também está dependente da marcação de uma Assembleia de Freguesia, e confrontadas todas as situações não houve possibilidade de adiar, tanto mais que todos queriam estar a apoiar o amigo, a família, e também pelo Sr. Caetano, autarca, a dor é grande, mas a responsabilidade também, e não houve alternativa.

Por estas razões pediu a compreensão de todos, e anunciou que no final da reunião irá apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. António Dias Caetano.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

1. Protocolo - Edifício sede da freguesia da Marinha Grande. Proposta para a Assembleia Municipal.

Os Srs. Vereadores do MpM fizeram os seguintes comentários:

“Pela informação fornecida, entendemos que este processo vem desde 2008 e que os valores a atribuir para a sede da Junta de Freguesia da Marinha Grande vêm desde 50.000,00€ em 2008 até 165.200,00€ em 2017. Foi-nos dito que a proposta era suportar 50% dos custos, tal como foi feito para a sede da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria. Questionamos a razão por que este assunto não veio há mais tempo à reunião.”

A **Sr. Presidente** solicitou a presença da **Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr.ª Sandra Paiva**, que respondeu às questões colocadas pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

Prestados todos os esclarecimentos, a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

1187 - Considerando que o Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, admite a atribuição de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações (alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º).

Considerando que a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações constituem uma área de confluência nas atribuições dos municípios e das freguesias e que por isso devem ser objeto de articulação (artigos 7.º, n.º 1 e 23.º, n.º 1), do RJAL.

Considerando que o novo regime legal reforçou as competências próprias e delegadas das juntas de freguesia, o que impõe a criação das condições estruturais adequadas à sua plena execução.

Considerando que a Freguesia da Marinha Grande carece de adequadas condições para a prossecução das suas atribuições, em articulação com o Município da Marinha Grande.

Considerando que as obras de remodelação e ampliação do Edifício sede da Junta de Freguesia da Marinha Grande têm um valor estimado de 349.974,50 euros, a que acresce IVA à taxa legal.

Considerando que as obras referidas representam um esforço financeiro muito elevado para o qual a Freguesia da Marinha Grande não dispõe de meios financeiros suficientes.

Considerando que a execução da obra e as finalidades que lhe estão subjacentes, relativas à promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respetiva população, justificam a comparticipação da sua execução por parte do Município da Marinha Grande.

Considerando que, em função do significativo esforço financeiro em causa, o Município da Marinha Grande assegura um apoio financeiro para realização daquela obra, o que impõe a celebração de um Protocolo.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc), para os efeitos do artigo 25.º, n.º 1, alínea j), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter a deliberação da Assembleia Municipal o apoio à obra de remodelação e ampliação do edifício sede da Freguesia da Marinha Grande, nos termos e montantes da minuta de Protocolo, que se dá por integralmente reproduzida.

A presente deliberação apenas produz efeitos no dia útil seguinte à aprovação da 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 na sessão da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2018.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

GABINETE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

2. Protocolo de cooperação e apoio financeiro a celebrar com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Marinha Grande

1188 - Presente informação I/2812/2018, do Gabinete Municipal de Proteção Civil, sobre o assunto em epígrafe, contendo proposta de teor do Protocolo de cooperação para apoio financeiro a celebrar entre o Município da Marinha Grande e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, que se anexa e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que o anterior Protocolo de cooperação para apoio financeiro celebrado com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande cessa em 31 de dezembro de 2018.

Considerando que se justifica manter o apoio financeiro concedido, na medida em que se trata do desenvolvimento de atividades que assumem um carácter imprescindível na salvaguarda de pessoas e bens.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com a alínea j), do n.º 2, do artigo 23.º, do mesmo diploma, na sua redação atual, delibera:

I. Aprovar o teor do Protocolo de Cooperação, para apoio financeiro, a assinar entre o Município da Marinha Grande e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, cujo teor se anexa e se dá por integralmente reproduzido;

II. Atribuir à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, no âmbito do protocolo de cooperação referido no número anterior, e nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com a alínea j), do n.º 2, do artigo 23.º, do mesmo diploma, um apoio financeiro no valor de euros: 190.000 (cento e noventa mil euros), verba que se encontra inscrita nos documentos previsionais - PAM, com o código 2018/A/54.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade aprovada em minuta.

3. Protocolo de cooperação e apoio financeiro a celebrar com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria

1189 - Presente informação I/2813/2018, do Gabinete Municipal de Proteção Civil, sobre o assunto em epígrafe, contendo proposta de teor do Protocolo de cooperação para apoio financeiro a celebrar entre o Município da Marinha Grande e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, que se anexa e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que o anterior Protocolo de cooperação para apoio financeiro celebrado com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Vieira de Leiria cessa em 31 de dezembro de 2018.

Considerando que se justifica manter o apoio financeiro concedido, na medida em que se trata do desenvolvimento de atividades que assumem um carácter imprescindível na salvaguarda de pessoas e bens.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com a alínea j), do n.º 2, do artigo 23.º, do mesmo diploma, na sua redação atual, delibera:

I. Aprovar o teor do Protocolo de Cooperação, para apoio financeiro, a assinar entre o Município da Marinha Grande e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, cujo teor se anexa e se dá por integralmente reproduzido;

II. Atribuir à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, no âmbito do protocolo de cooperação referido no número anterior, e nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com a alínea j), do n.º 2, do artigo 23.º, do mesmo diploma, um apoio financeiro no valor de euros: 70.000 (setenta mil euros), verba que se encontra inscrita nos documentos previsionais - PAM, com o código 2018/A/56.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade aprovada em minuta.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOURARIA

4. P.A. N.º 120/2018-AP/DAF – “Contratação de seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2019” Adjudicação

1190 - Presente o processo de aquisição nº 120/2018 – AP/DAF, com o objeto “*Contratação de seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2019*”, realizado de acordo com deliberação camarária de 29 de outubro de 2018, acompanhado de relatório final do Júri, datado de 06/12/2018, no qual se propõe a adjudicação do Lote 1 e Lote 2 à proposta apresentada pelo concorrente Willis – Corretores de Seguros, S.A., pelo valor global de 243.372,92 Euros (duzentos e quarenta e três mil, trezentos e setenta e dois euros e noventa e dois cêntimos), isento de IVA, nomeadamente o Lote 1, pelo valor de 103.140,00 Euros (cento e três mil cento e quarenta euros), isento de IVA e o Lote 2, pelo valor de 140.232,92 Euros (cento e quarenta mil duzentos e trinta e dois euros e noventa e dois cêntimos), isentos de IVA.

Face ao exposto e depois de analisado o processo de aquisição n.º 120/2018-AP/DAF, a Câmara Municipal, concordando com as conclusões do relatório de final, delibera, nos termos dos artigos 73.º, n.º 1 e 148º, n.º 4, ambos do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho e artigo 22º, n.º 7 do mesmo diploma legal por estarmos perante a celebração de um contrato que se revela imprescindível para garantir a existência de apólices de seguros a partir de 1 de janeiro de 2019, aprovar a proposta constante do referido relatório final e consequentemente:

- adjudicar o Lote 1 e Lote 2 à proposta apresentada pelo concorrente Willis – Corretores de Seguros, S.A., pelo valor global de 243.372,92 Euros (duzentos e quarenta e três mil, trezentos e setenta e dois euros e noventa e dois cêntimos), isento de IVA, nomeadamente o Lote 1, pelo valor de 103.140,00 Euros (cento e três mil cento e quarenta euros), isento de IVA e o Lote 2, pelo valor de 140.232,92 Euros (cento e quarenta mil duzentos e trinta e dois euros e noventa e dois cêntimos), isentos de IVA.
- notificar o adjudicatário Willis – Corretores de Seguros, S.A NIPC 500188629, para apresentar os documentos de habilitação e para prestar a caução no valor de 12.168,65 euros, nos termos do disposto nas peças do procedimento.
- aprovar a minuta do contrato, de acordo com o artigo 98º, nº1, do Código dos Contratos Públicos.
- designar como gestora do contrato, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, a trabalhadora Vânia Santos, a qual será substituída nas suas faltas ou impedimentos pela trabalhadora Marina Freitas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade aprovada em minuta.

5. P.A. N.º 15/2016-AP/DISU - Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande – 2.ª Revisão de Preços

1191 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal de 23 de junho de 2016 foi adjudicada a “*Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande*”, com a duração de 54 meses, à empresa SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A., NIPC 503 210 560, pelo valor total de 1.772.440,10 euros (um milhão, setecentos e setenta e dois mil, quatrocentos e quarenta euros e dez cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal, por ser a proposta com o mais baixo preço.

Considerando que atento o preceituado na cláusula 17ª das cláusulas técnicas do caderno de encargos, o P.A. N.º 15/2016-AP/DISU com o objecto *“Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande”* está sujeito a revisão de preços anual, a partir do segundo ano de vigência do contrato, indexada ao índice de preços do consumidor verificado no período correspondente aos doze meses anteriores.

Considerando o registo de entrada n.º E/7942/2018, datado de 04/09/2018, em que a empresa SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A., vem requer a revisão de preços. Considerando a informação da DISU com o n.º CR.45/2018, em que é proposta a aprovação da revisão de preços, por estarem respeitadas as condições da cláusula 17ª das cláusulas técnicas do caderno de encargos para o efeito.

Considerando o exposto, a Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea b), do n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, nos termos da alínea f), do n.º 1 do art.º 33º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual, e atento o preceituado na cláusula 17ª das cláusulas técnicas do caderno de encargos, aprovar a revisão de preços do contrato n.º 52/2016, relativo à *“Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande”*, de acordo com o índice de preços do consumidor de 1,1%, devendo a mesma produzir efeitos a partir de 30 de agosto de 2018, passando o preço unitário por tonelada de 22,65€ para 22,90€, que corresponde um aumento de 0,25€ por tonelada, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

6. 28.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018 – 4.ª Revisão

Os Srs. Vereadores do MpM fizeram os seguintes comentários:

“Questionámos qual a justificação para que à beira do final do ano estejamos a fazer uma revisão ao orçamento de 2018 no valor de quase 700.000,00€.

Se eram necessidades das entidades porque não foi feito durante o ano?

Propusemos que os apoios à atividade desportiva federada seja feita no início de época, que é quando mais custos têm.”

A **Sr.ª Presidente** explicou que é necessário reforçar verbas, nomeadamente para o apoio à atividade federada.

Seguiu-se uma troca de opiniões entre o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** e a **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** sobre as formas de apoiar os clubes.

Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

1192 - Presente proposta da 28ª Modificação, 4ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

4ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2018, no valor de 694.798,81 euros nos reforços e 694.798,81 euros nas anulações;

4ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2018, no valor de 682.999,00 euros nas anulações, no ano de 2018, redução de 63.152,00 euros no ano de 2019 e aumento de 16.476,00 euros no ano de 2020;

4ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2018, no valor de 537.994,00 euros nos reforços e 9.995,00 euros nas anulações, no ano de 2018, com inscrição de 63.152,00 euros no ano de 2019 e redução de 16.476,00 euros no ano de 2020.

Considerando que a proposta apresentada cumpre o disposto no n.º 3 do art. 44.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, no que respeita aos limites consagrados para o ano de 2019.

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, **delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 28ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018, constituída pela 4.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 4ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 4ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais**, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

7. P.A. N.º 104/2018-AP/DCD – Atividade de animação e apoio à família, componente de apoio à família e dinamização de bibliotecas escolares, de 26 de novembro de 2018 a 31 de julho de 2019

Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro - Retificação da deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal de 25 de setembro de 2018

1193 - Em reunião da Câmara Municipal da Marinha Grande de 25/09/2018 foi deliberado requerer à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do procedimento para o **P.A. N.º 104/2018-AP/DAM - “Atividade de animação e apoio à família, componente de apoio à família e dinamização de bibliotecas escolares, de 26 de novembro de 2018 a 31 de julho de 2019”**, para cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e atendendo ao disposto na alínea b) do n.º 1 e n.º 2, ambos do art.º 22.ª do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a qual foi concedida em sessão da Assembleia Municipal de 28/09/2018.

Aquando da tramitação do processo, vieram os serviços da Divisão Financeira detetar que o valor da autorização que consta da proposta de deliberação de 25/09/2018 está incorreto, por mero lapso de escrita, pelo que o mesmo carece de retificação, conforme disposto na informação n.º 57-A.SAB/2018 de 04.10.2018. Assim, onde consta referência ao valor de 134.400,00 euros deve constar 132.400,00 euros.

Face ao exposto, a Câmara Municipal delibera, nos termos do preceituado no art.º 174º do Código do Procedimento Administrativo propor à Assembleia Municipal a retificação da deliberação tomada na sua sessão de 28/09/2018, relativa ao **P.A. N.º 104/2018-AP/DCD – Atividade de animação e apoio à família, componente de apoio à família e dinamização de bibliotecas escolares, de 26 de novembro de 2018 a 31 de julho de 2019 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro**, nos seguintes termos:

Onde se lê:

“(…) A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que seja solicitada à Assembleia Municipal da Marinha Grande:

- 1. Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de serviços de Atividade de animação e apoio à família, componente de apoio à família e dinamização de bibliotecas escolares, de 26 de novembro de 2018 a 31 de julho de 2019 - P.A. n.º 104/2018-AP/DCD, até ao valor máximo de 134.400,00 euros para o ano de 2019, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.*
- 2. Autorização para a abertura do procedimento considerando que este consubstancia a assunção de encargos em mais de um ano económico para cumprimento do preceituado na alínea b), do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, considerando que os encargos excedem o limite de 99.759,58 euros, no ano de 2019;*
- 3. Que nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, se fixe o limite máximo do encargo no ano económico de 2019, em 134.400 euros.”*

Deve ler-se:

“(…) A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que seja solicitada à Assembleia Municipal da Marinha Grande:

- 1. Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de serviços de Atividade de animação e apoio à família, componente de apoio à família e dinamização de bibliotecas escolares, de 26 de novembro de 2018 a 31 de julho de 2019 - P.A. n.º 104/2018-AP/DCD, até ao valor máximo de 132.400,00 euros para o ano de 2019, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.*
- 2. Autorização para a abertura do procedimento considerando que este consubstancia a assunção de encargos em mais de um ano económico para cumprimento do preceituado na alínea b), do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, considerando que os encargos excedem o limite de 99.759,58 euros, no ano de 2019;*
- 3. Que nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, se fixe o limite máximo do encargo no ano económico de 2019, em 132.400 euros.”*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

8. P.A. n.º 135/2018-AP/DMC - Prestação de serviços de *LIVE STREAM* para transmissão em direto das reuniões ordinárias da Câmara Municipal e das sessões da Assembleia Municipal para o ano de 2019 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1194 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos das informações n.º I/2622/2018 e I/2626/2018, da Divisão de Administração e Modernização, se pretende a abertura de procedimento de contratação pública para o **P.A. N.º 135/2018-AP/DMC – Prestação de serviço de LIVE STREAM para transmissão em direto das reuniões ordinárias da Câmara Municipal e das sessões da Assembleia Municipal para o ano de 2019**, com um valor global de encargos de 4.750,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o montante de 5.842,50 euros.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 0103/020220 e 0104/020220, ações do Plano de Atividades Municipais 2018/A/43-Bens, materiais e serviços diversos para o exercício das atribuições municipais e 2018/A/47-Encargos gerais de funcionamento da Assembleia Municipal, respetivamente.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2018, a dotação inscrita nas ações supra indicadas é insuficiente para a despesa que se perspetiva assumir, é proposta a inscrição do reforço de 5.930,00 euros na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de 2018, a ser presente em sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o procedimento de contratação pública para o **P.A. N.º 135/2018-AP/DMC – Prestação de serviço de LIVE STREAM para transmissão em direto das reuniões ordinárias da Câmara Municipal e das sessões da Assembleia Municipal para o ano de 2019**, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis

n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que não sucedia nas ações supra indicadas.

Considerando que o presente procedimento, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, e que a dotação a inscrever na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, pelo que se verifica que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação do P.A. N.º 135/2018-AP/DMC – Prestação de serviço de *LIVE STREAM* para transmissão em direto das reuniões ordinárias da Câmara Municipal e das sessões da Assembleia Municipal para o ano de 2019, até ao valor máximo de 5.842,50 euros para o ano de 2019, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

9. Transportes escolares e de interesse municipal e relevante no âmbito de projetos educativos, culturais, sociais e desportivos apoiados pelo município para o ano 2019 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** não participou na discussão e votação deste assunto, tendo comunicado o seu impedimento, nos termos do artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do

Procedimento Administrativo, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M..

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

1195 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a contratação dos transportes escolares e de interesse municipal e relevante no âmbito de projetos educativos, culturais, sociais e desportivos apoiados pelo município para o ano 2019, com um valor global de encargos de 275.822,75 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o montante de 292.372,12 euros.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 0103/020210, ação do Plano de Atividades Municipais 2018/A/214 - Contrato de prestação de serviços para transportes escolares e outros a celebrar com a Empresa Municipal TUMG - excepto transportes urbanos.

Considerando que aquando da aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2018, a dotação inscrita na ação do Plano de Atividades Municipais supra indicada, no ano de 2019, era de 263.578,00 euros, tendo sido efetuado o reforço de 4.692,00 euros na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de 2018, aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 22/06/2018, verba insuficiente para a despesa que se perspetiva assumir na presente data, pelo que é proposto o reforço de dotação para o ano de 2019, na ação 2018/A/214, para uma dotação total corrigida de 292.373,00 euros na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o procedimento de contratação pública para os Transportes escolares e de interesse municipal e relevante no âmbito de projetos educativos, culturais, sociais e desportivos apoiados pelo município, para o ano 2019, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que não sucedia na ação supra indicada.

Considerando que o contrato a celebrar, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, e que a dotação a inscrever na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação dos Transportes escolares e de interesse municipal e relevante no âmbito de projetos educativos, culturais, sociais e desportivos apoiados pelo município para o ano 2019, até ao valor máximo de 292.373,00 euros para o ano de 2019, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

10. Contrato-programa para a prestação de serviços de interesse geral de transporte de passageiros para 2019 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** não participou na discussão e votação deste assunto, tendo comunicado o seu impedimento, nos termos do artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M..

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

1196 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que se pretende a celebração de **Contrato-programa para a prestação de serviços de interesse geral de transporte de passageiros para 2019**, com um valor global de encargos de 456.078,24 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o montante de 483.442,93 euros.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 0103/0501010101, ação do Plano de Atividades Municipais 2018/A/215 - *Contrato Programa com a TUMG - Transportes Urbanos*.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2018, a dotação inscrita na ação do Plano de Atividades Municipais supra indicada, no ano de 2019, era de 457.459,00 euros, verba insuficiente para a despesa que se perspetiva assumir, pelo que é proposto o reforço de dotação para o ano de 2019, na ação 2018/A/215, para uma dotação total corrigida de 483.443,00 euros na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que a celebração de ***Contrato-programa para a prestação de serviços de interesse geral de transporte de passageiros para 2019***, ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (…). ”.

Considerando que o contrato a celebrar, ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, e que carece de autorização específica do órgão deliberativo para a assunção de encargos plurianuais e que a dotação proposta na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à celebração do ***Contrato-programa para a prestação de serviços de interesse geral de transporte de passageiros para 2019***, até ao valor máximo de 483.443,00 euros para o ano de 2019, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

11. "Execução da rede de abastecimento de água na rua dos Bentos e na rua do Pontel – Fase 4" - Concurso Público n.º 03/2018 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1197 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que, até à presente data, não se procedeu à consignação da empreitada subjacente ao Contrato n.º 36/2018 celebrado no âmbito do procedimento de contratação pública para o **"Execução da rede de abastecimento de água na rua dos Bentos e na rua do Pontel – Fase 4" - Concurso Público n.º 03/2018**, com a empresa DESARFATE – Desaterros de Fátima, Lda., com um valor global de encargos de 50.775,10 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o montante de 53.821,60 euros e que o prazo de execução da empreitada é de 60 dias, tal determina a assunção de encargos no ano de 2019.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/07030306 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2018/I/60 com a designação *"Remodelação da rede de abastecimento de água na Amieira- Fase 3 e 4"*.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais de 2018, não foi inscrita dotação no ano de 2019, na ação referida anteriormente, classificação orgânica/económica 07/07030306 é proposto o reforço de dotação para o ano de 2019, na ação 2018/I/60, para uma dotação total corrigida de 53.822,00 euros na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.ª da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que não sucede na ação supra indicada.

Considerando que o contrato para a **"Execução da rede de abastecimento de água na rua dos Bentos e na rua do Pontel – Fase 4" - Concurso Público n.º 03/2018**, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que a dotação a inscrever na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de "Execução da rede de abastecimento de água na rua dos Bentos e na rua do Pontel – Fase 4" - Concurso Público n.º 03/2018, até ao valor máximo de 53.821,60 euros para o ano de 2019, na ação 2018/II/60 com a designação **"Remodelação da rede de abastecimento de água na Amieira- Fase 3 e 4"**, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

12. "Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira - Fase 4" – Concurso Público nº 19/2017 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1198 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando os Contratos n.º 90/2017 e n.º 44/2018 datados de 29/09/2017 e 04/06/2018, respetivamente, no âmbito do procedimento de contratação pública para o **"Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira - Fase 4" – Concurso Público nº 19/2017**, celebrados com a empresa Construções António Leal, S.A., com um valor global de encargos de 229.610,16 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%, dos quais se encontram por faturar, na presente data, o montante de 112.841,91 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%, e que tal determina a assunção de encargos no ano de 2019.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação inscrita nas classificações orgânica/económica 07/07030301 e 07/07030302, ações do Plano Plurianual de Investimentos 2016/I/126 e 2014/I/65 com a designação *"Rede viária no âmbito das infraestruturas de saneamento da Amieira"* e *"Sistema de drenagem de águas residuais domésticas na Amieira"*, respetivamente.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais de 2018, não foi inscrita qualquer dotação no ano de 2019, nas ações referidas anteriormente, é proposto o reforço de dotação para o ano de 2019, nas ações 2016/I/126 e 2014/I/65, para uma dotação total corrigida de 92.639,00 e 29.168,00 euros, respetivamente, na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

" (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que não sucede nas ações supra indicadas.

Considerando que o valor dos contratos para a **"Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira - Fase 4" – Concurso Público nº 19/2017**, não ultrapassam o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que a dotação a inscrever na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de "Rede de saneamento de águas residuais domésticas da Amieira e Charneca da Amieira - Fase 4" – Concurso Público nº 19/2017, até ao valor máximo de 92.638,70 euros na ação 2016/1/126, com a designação **"Rede viária no âmbito das infraestruturas de saneamento da Amieira"** e até ao valor máximo de 26.973,71 euros na ação 2014/1/65 com a designação **"Sistema de drenagem de águas residuais domésticas na Amieira"**, para o ano de 2019, o eu perfaz o montante de 119.612,41 euros, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

13. P.A. n.º 13/2015-AP/DOT - "Aquisição de serviços de elaboração de projeto de execução da rede de saneamento doméstico da Amieira, Charneca da Amieira, Picassinos, Pedrulheira e Tojeira" - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1199 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano

económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que no âmbito do **P.A. n.º 13/2015-AP/DOT - "Aquisição de serviços de elaboração de projeto de execução da rede de saneamento doméstico da Amieira, Charneca da Amieira, Picassinos, Pedrulheira e Tojeira"**, foram assumidos compromissos para o ano de 2018 de 4.110,66 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, estimando-se que os mesmos transitem por faturar para o ano de 2019, por existirem empreitadas em curso.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/07030302 e ações do Plano Plurianual de Investimentos 2014/I/65 e 2014/I/66 com a designação de *"Sistema de drenagem de águas residuais domésticas na Amieira"* e *"Sistema de drenagem de águas residuais domésticas em Picassinos"*, respetivamente.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais de 2018, não foi inscrita qualquer dotação no ano de 2019, nas ações referidas anteriormente é proposto o reforço de dotação para o ano de 2019, nas ações 2014/I/65 e 2014/I/66, para uma dotação total corrigida de 29.168,00 euros e 1.917,00 euros, respetivamente, na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

" (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão

deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...)”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que não sucede na ação supra indicada.

Considerando que o contrato para o **P.A. n.º 13/2015-AP/DOT - “Aquisição de serviços de elaboração de projeto de execução da rede de saneamento doméstico da Amieira, Charneca da Amieira, Picassinos, Pedrulheira e Tojeira”**, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que a dotação a inscrever na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços do P.A. n.º 13/2015-AP/DOT - “Aquisição de serviços de elaboração de projeto de execução da rede de saneamento doméstico da Amieira, Charneca da Amieira, Picassinos, Pedrulheira e Tojeira” até ao valor de 2.193,71 euros e 1.916,95 euros, nas ações 2014/II/65 e 2014/II/66 com a designação de “**Sistema de drenagem de águas residuais domésticas na Amieira**” e “**Sistema de drenagem de águas residuais domésticas em Picassinos**”, respetivamente, para o ano de 2019, o que perfaz o montante de 4.110,66 euros, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

14. "Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG - Fase 01" - Concurso Público n.º 14/2018 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1200 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando o Relatório Final de Análise de propostas no âmbito do procedimento de contratação pública para o **"Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG - Fase 01" - Concurso Público n.º 14/2018**, datado de 03/10/2018, no qual o júri propõe a adjudicação da empreitada ao concorrente CONTEC-Construção e Engenharia, S.A., pelo valor global de encargos de 368.991,85 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o montante de 391.131,36 euros e que sendo o prazo de execução da empreitada de 180 dias, tal determina a assunção de encargos no ano de 2019.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/07030301 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2018/I/111 com a designação **"ALE - Fase 1 - Saída Sul"**.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais de 2018, foi inscrita a dotação de 187.559,00 euros no ano de 2019, na ação referida anteriormente, tendo sido aprovado o reforço, para o mesmo ano, para uma dotação total corrigida de 207.559,00 euros na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 22/06/2018, verba insuficiente, nesta data, para a despesa que se perspetiva assumir. Assim, é proposto o reforço de dotação para o ano de 2019, na ação 2018/I/111, para uma dotação total corrigida de 391.819,00 euros na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos

Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (…)”.

Considerando que o procedimento de contratação pública para a *“Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG – Fase 1” – Concurso Público n.º 14/2018*, ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 06/08/2018 foi concedida autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais relativos à *“Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG – Fase 1” – Concurso Público n.º 14/2018*, até ao valor máximo de 207.559,00 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2019.

Considerando que a dotação a inscrever na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, mas que a autorização genérica concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 06 de agosto de 2018 é inferior ao montante agora necessário.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG - Fase 01” - Concurso Público n.º 14/2018, até ao valor máximo de 391.131,36 euros para o ano de 2019, na ação 2018/II/111 com a designação “ALE - Fase 1 - Saída Sul”, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

15. “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG - Fase 02” - Concurso Público n.º 15/2018 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1201 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano

económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando o Relatório Final de Análise de propostas no âmbito do procedimento de contratação pública para o **"Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG - Fase 02" - Concurso Público n.º 15/2018**, datado de 09/10/2018, no qual o júri propõe a adjudicação da empreitada ao concorrente CONTEC-Construção e Engenharia, S.A., com um valor global de encargos de 769.883,53 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o montante de 816.076,54 euros e que sendo o prazo de execução da empreitada de 180 dias, tal determina a assunção de encargos no ano de 2019.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/07030301 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2018/I/112 com a designação *"ALE - Fase 2 - Ligação da rua da Alemanha à rua da Finlândia"*.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais de 2018, foi inscrita a dotação de 207,48 euros no ano de 2019, na ação referida anteriormente, classificação orgânica/económica 07/07030301, tendo sido aprovado o reforço, para o mesmo ano, para uma dotação total corrigida de 450.207,48 euros na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 22/06/2018, verba insuficiente, nesta data, para a despesa que se perspetiva assumir. Assim, é proposto o reforço de dotação para o ano de 2019, na ação 2018/I/112, para uma dotação total corrigida de 816.764,48 euros na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis

n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (…). ”.

Considerando que o procedimento de contratação pública para a *“Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG – Fase 2” – Concurso Público n.º 15/2018*, ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 06/08/2018 foi concedida autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais relativos à *“Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG – Fase 2” – Concurso Público n.º 15/2018*, até ao valor máximo de 450.207,48 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2019.

Considerando que a dotação a inscrever na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, mas que a autorização genérica concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 06 de agosto de 2018 é inferior ao montante agora necessário.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG - Fase 02” - Concurso Público n.º 15/2018, até ao valor máximo de 816.076,54 euros para o ano de 2019, na ação 2018/II/112 com a designação “ALE - Fase 2 - Ligação da rua da Alemanha à rua da Finlândia”, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

16. P.A. n.º 15/2015-AP/DOT - Aquisição de serviços de elaboração de projeto de execução das infraestruturas para ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e projeto da rede viária da saída norte da ZIMG. - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1202 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano

económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que no âmbito do **P.A. n.º15/2015-AP/DOT-Aquisição de serviços de elaboração de projeto de execução das infraestruturas para ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e projeto da rede viária da saída norte da ZIMG**, foram assumidos compromissos no ano de 2018 de 2.749,05 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, montante que se estima que transite por faturar para o ano de 2019 e que respeita à assistência técnica em obra.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/07030301 nas ações do Plano Plurianual de Investimentos 2018/II/111, 2018/II/112, 2018/II/113 e 2018/II/114 com a designação de “*ALE - FASE 1 – Saída sul*”, “*ALE - FASE 2 - Ligação da Rua da Alemanha à Rua da Finlândia*”, “*FASE 3 - Ampliação da Zona Industrial a sul*” e “*FASE 4 - Saída norte*”, respetivamente.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2018, foi inscrita a dotação de 207,48 euros no ano 2019 na ação 2018/II/112, verba insuficiente para a despesa que se perspectiva assumir (687,26 euros), tendo sido inscrito o reforço de 450.000,00€ com a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de 2018, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 22/06/2018.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º12.º que:

“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão

deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...)."

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que sucede na ação 2018/I/112 com a designação "ALE - FASE 2 - Ligação da Rua da Alemanha à Rua da Finlândia".

Considerando que o presente procedimento, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, e que a dotação corrigida que foi aprovada com a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao P.A. n.º15/2015-AP/DOT-Aquisição de serviços de elaboração de projeto de execução das infraestruturas para ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e projeto da rede viária da saída norte da ZIMG, até ao valor total de 687,26 euros, nas ações 2018/I/111, 2018/I/112 e 2018/I/113 com a designação "ALE - FASE 1 – Saída sul", "ALE - FASE 2 - Ligação da Rua da Alemanha à Rua da Finlândia" e "FASE 3 - Ampliação da Zona Industrial a sul", respetivamente, e 687,27 euros na ação 2018/I/114 com a designação "FASE 4 - Saída norte", para o ano de 2019, o que perfaz o montante de 2.749,05 euros, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

17. "Requalificação da Rua e Travessa do Mirante" - Concurso Público n.º 17/2018 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1203 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a empreitada de "**Requalificação da Rua e Travessa do Mirante**" - **Concurso Público n.º 17/2018**, adjudicado à entidade Delfim de Jesus Martins e Irmãos, Lda., com um valor global de encargos de 206.906,25 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o montante de 219.320,63 euros, com um prazo de execução de 120 dias, se encontra na fase de celebração de contrato, tal determina a assunção de encargos no ano de 2019.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação inscrita na ação do Plano Plurianual de Investimentos 2015/I/157, com a designação "*Beneficiação da Travessa do Mirante - Vieira de Leiria*", classificação orgânica/económica 07/07030301.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais de 2018, não foi inscrita dotação no ano de 2019, na ação referida anteriormente, tendo sido proposto o reforço de dotação para o ano de 2019, para uma dotação total corrigida de 111.090,00 euros na 3.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 28/09/2018, verba insuficiente na presente data, pelo que é proposto o reforço de dotação para o ano de 2019, na ação 2015/I/157, para uma dotação total corrigida de 220.000,00 euros na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

" (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que não sucede na ação supra indicada.

Considerando que o contrato para a **"Requalificação da Rua e Travessa do Mirante" - Concurso Público n.º 17/2018**, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de "Requalificação da Rua e Travessa do Mirante" - Concurso Público n.º 17/2018, até ao valor máximo de 219.320,63 euros para o ano de 2019, na ação 2015/II/157 com a designação "*Beneficiação da Travessa do Mirante - Vieira de Leiria*", para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

18. "Requalificação da rua da Vitória - Ordem" - Concurso Público n.º 13/2018 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1204 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e

parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que o Contrato n.º 93/2018 datado de 24/10/2018, no âmbito do procedimento de contratação pública para a **"Requalificação da rua da Vitória - Ordem" - Concurso Público n.º 13/2018**, celebrado com a empresa Matos & Neves, Lda., tem um valor global de encargos de 281.782,54 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%, o que perfaz o montante de 298.689,49 euros, um prazo de execução de 180 dias, com consignação em 08/11/2018, tal determina a assunção de encargos plurianuais no ano de 2019.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação inscrita nas classificações orgânica/económica 07/07010307, ação do Plano Plurianual de Investimentos 2015/I/158 com a designação *"Beneficiação da rua da Vitória - Ordem"*.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais de 2018, não foi inscrita dotação no ano de 2019, na ação referida anteriormente, tendo sido aprovado o reforço para uma dotação total corrigida de 252.334,00 euros, na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 22/06/2018, verba insuficiente para a despesa que se perspetiva assumir, pelo que é proposto um reforço de dotação no ano de 2019 para uma dotação total corrigida de 283.769,00 euros na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

" (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 06/08/2018 foi concedida autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais relativos à **"Requalificação da rua da Vitória - Ordem" - Concurso Público n.º 13/2018**, até ao valor máximo de 252.334,00 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2019.

Considerando que o contrato para a **"Requalificação da rua da Vitória - Ordem" - Concurso Público n.º 13/2018**, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que a dotação corrigida no ano de 2019 a inscrever na 4.^a Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, pelo que se verifica que a autorização genérica concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 06 de agosto de 2018 é insuficiente.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de "Requalificação da rua da Vitória - Ordem" - Concurso Público n.º 13/2018, até ao valor máximo de 283.769,00 euros, para o ano de 2019, na ação 2015/I/158 com a designação *Beneficiação da rua da Vitória - Ordem*", para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.^a Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

19. P.A. N.º 62/2018-AP/DISU - Projeto de Execução para a Requalificação da rua Aníbal Bettencourt em São Pedro de Moel - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1205 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que no âmbito do **P.A. N.º 62/2018-AP/DISU - Projeto de Execução para a Requalificação da rua Aníbal Bettencourt em São Pedro de Moel**, foram assumidos compromissos para os anos de 2018 e 2019 de 16.309,80 € e 2.878,20 euros, respetivamente, IVA incluído à taxa legal em vigor, estimando-se que 7.675,20 euros, relativos ao Projeto de Execução, transitem por faturar para o ano de 2019, perfazendo o montante de 10.553,40 euros para esse ano.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/07010406 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2018/I/124, com a designação *“Elaboração de Estudos e Projetos Diversos no âmbito da rede viária”*.

Considerando que com a aprovação Documentos Previsionais para o ano de 2018, foi inscrita a dotação de 5.000,00 euros no ano de 2019 na ação referida anteriormente, tendo sido aprovado o reforço de dotação para o ano de 2019, na ação 2018/I/124, para uma dotação total corrigida de 34.520,00 euros, na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 22/06/2018, verba suficiente para a despesa que se perspetiva assumir

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.ª da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...)”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que não sucedeu na ação supra indicada.

Considerando que o contrato para o **P.A. N.º 62/2018-AP/DISU - Projeto de Execução para a Requalificação da rua Aníbal Bettencourt em São Pedro de Moel** não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que a dotação corrigida no ano de 2019 nos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços P.A. N.º 62/2018-AP/DISU - Projeto de Execução para a Requalificação da rua Aníbal Bettencourt em São Pedro de Moel, até ao valor de 10.553,40 euros, para o ano de 2019, correspondente aos compromissos já assumidos para esse ano (2.878,20 euros) e aos que se estimam transitar (7.675,20 euros), para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

20. P.A. nº 10/2017-AP/DOT - Contratação do projeto de execução da ciclovía entre a Rua dos Carreirinhos e o Estádio Municipal e do projeto de execução da ampliação da Rua dos Cortiços - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1206 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que no âmbito do **P.A. Nº 10/2017-AP/DOT “Contratação do projeto de execução da ciclovía entre a Rua dos Carreirinhos e o Estádio Municipal e do projeto de execução da ampliação da Rua dos Cortiços”**, foram assumidos compromissos para o ano de 2018 de 18.345,45 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, estimando-se que transite por faturar para o ano de 2019 o montante de 2.751,81 euros relativos a assistência técnica em obra.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 05/07030301 nas ações do Plano Plurianual de Investimentos 2015/I/156 e 2016/I/133 com a designação de “*Elaboração de estudos e projetos diversos no âmbito da rede viária*” e “*Troço Zona Desportiva - Passagem inferior - Estrada do Guilherme - ZIMG-PEDU/PMUS*”, respetivamente.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais de 2018, não foi inscrita dotação no ano de 2019, nas ações referidas anteriormente, é proposto o reforço de dotação para o ano de 2019, nas ações 2015/I/156 e 2016/I/133, para uma dotação total corrigida de 16.693,00 € e 13.927,00 €, respetivamente, na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º12.º que:

“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...)”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que não sucede na ação supra indicada.

Considerando que o contrato para o **P.A. Nº 10/2017-AP/DOT “Contratação do projeto de execução da ciclovía entre a Rua dos Carreirinhos e o Estádio Municipal e do projeto de execução da ampliação da Rua dos Cortiços”**, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que a dotação a inscrever na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a

assunção de compromissos plurianuais relativos ao P.A. Nº 10/2017-AP/DOT “Contratação do projeto de execução da ciclovía entre a Rua dos Carreirinhos e o Estádio Municipal e do projeto de execução da ampliação da Rua dos Cortiços” até ao valor total de 1.168,25 euros e 1.583,56 euros, para o ano de 2019, nas ações 2015/I/156 e 2016/I/133 com a designação de “*Elaboração de estudos e projetos diversos no âmbito da rede viária*” e “*Troço Zona Desportiva - Passagem inferior - Estrada do Guilherme - ZIMG-PEDU/PMUS*”, respetivamente, o que perfaz o montante de 2.751,81 euros, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

21. P.A. n.º 11/2017-AP/DOT - Contratação do projeto de execução da ciclovía entre a Zona Industrial e a E.R.242-2 e do projeto de execução da requalificação da Rua da Portela - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1207 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que no âmbito do **P.A. n.º 11/2017-AP/DOT - Contratação do projeto de execução da ciclovía entre a Zona Industrial e a E.R.242-2 e do projeto de execução da requalificação da Rua da Portela**”, foram assumidos compromissos para o ano de 2018 de 16.961,68 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, estimando-se que transite por faturar para o ano de 2019 o montante de 2.544,26 euros relativos a assistência técnica em obra.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 05/07030301 nas ações do Plano Plurianual de Investimentos 2016/I/131, 2016/I/132, 2016/I/133, 2016/I/134 e 2015/I/156 com a designação de “Troço cemitério-PEDU/PMUS”, “Troço Arala Pinto-Zona desportiva-PEDU/PMUS”, “Troço Zona desportiva-passagem inferior-Estrada do Guilherme-ZIMG-PEDU/PMUS”, “Rede de ciclovias e vias pedonais da Marinha Grande - ligação atual da ciclovia do Parque da Cerca à ER 242-2-PEDU/PMUS” e “Elaboração de estudos e projetos diversos no âmbito da rede viária”, respetivamente.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais de 2018, não foi inscrita dotação no ano de 2019, nas ações referidas anteriormente, pelo que é proposto o reforço de dotação para o ano de 2019, nas ações 2016/I/131, 2016/I/132, 2016/I/133, 2016/I/134 e 2015/I/156, para uma dotação total corrigida de 1.759,00 euros, 806,00 euros, 13.927,00 euros, 2.125,00 euros e 16.693,00 euros, respetivamente, na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...)”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que não sucede nas ações supra indicadas.

Considerando que o contrato para o **P.A. n.º 11/2017-AP/DOT - Contratação do projeto de execução da ciclovia entre a Zona Industrial e a E.R.242-2 e do projeto de execução da requalificação da Rua da Portela** não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que a dotação a inscrever na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao P.A. n.º 11/2017-AP/DOT - Contratação do projeto de execução da ciclovia entre a Zona Industrial e a E.R.242-2 e do projeto de execução da requalificação da Rua da Portela” até ao valor total de 263,72 euros, 120,87 euros, 505,46 euros, 318,61 euros e 1.335,60 euros, para o ano de 2019, nas ações 2016/I/131, 2016/I/132, 2016/I/133, 2016/I/134 e 2015/I/156 com a designação de “Troço cemitério-PEDU/PMUS”, “Troço Arala Pinto-Zona desportiva-PEDU/PMUS”, “Troço Zona desportiva-passagem inferior-Estrada do Guilherme-ZIMG-PEDU/PMUS”, “Rede de ciclovias e vias pedonais da Marinha Grande - ligação atual da ciclovia do Parque da Cerca à ER 242-2-PEDU/PMUS” e “Elaboração de estudos e projetos diversos no âmbito da rede viária”, respetivamente, o que perfaz o montante de 2.544,26 euros, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

22. P.A. n.º 53/2017-AP/DOT - Elaboração de projeto de execução da construção do centro de interface de transportes urbanos e do projeto de execução do terminal rodoviário da Marinha Grande - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1208 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que no âmbito do **P.A. n.º 53/2017-AP/DOT - Elaboração de projeto de execução da construção do centro de interface de transportes urbanos e do projeto de execução do terminal rodoviário da Marinha Grande**, foram assumidos compromissos para o ano de 2018 de 30.135,00 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, estimando-se, na

presente data, que transite por faturar o montante de 4.520,26 euros relativos a assistência técnica em obra.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 05/07010307 e 05/07030301 nas ações do Plano Plurianual de Investimentos 2017/I/117 e 2016/I/136 com a designação de “*Terminal rodoviário da Marinha Grande*” e “*Construção de interface de transportes-PEDU/PMUS*”, respetivamente.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2018, a dotação inscrita na ação do Plano Plurianual de Investimentos 2017/I/117 é de 5.535,00 euros, suficiente para a despesa que se perspectiva assumir (3.164,18 euros) e que na ação 2016/I/136 não foi inscrita dotação para o ano 2019, tendo sido aprovado o reforço de 792.842,00 euros e 962.249,00 euros, respetivamente, com a aprovação da 2.ª e 3.ª Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de 2018 aprovadas em sessão da Assembleia Municipal de 22/06/2018 e de 28/09/2018.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“(…) 1 - *Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.*

2 – *Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (…)*”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que sucede na ação 2016/I/136-“*Construção de interface de transportes-PEDU/PMUS*”.

Considerando que o presente procedimento, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, e que a dotação corrigida na ação 2016/I/136 que foi aprovada nas 2.ª e 3.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se que a autorização genérica

prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao P.A. n.º 53/2017-AP/DOT - Elaboração de projeto de execução da construção do centro de interface de transportes urbanos e do projeto de execução do terminal rodoviário da Marinha Grande, até ao valor máximo de 1.356,08 euros na ação 2016/II/136, com a designação “*Construção de interface de transportes-PEDU/PMUS*”, para o ano de 2019, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

23. P.A. n.º 75/2012-AP/DOP – “Elaboração dos projetos das especialidades da instalação de uma creche no Edifício da Ivima” - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1209 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que no âmbito do **P.A. n.º 75/2012-AP/DOP – “Elaboração dos projetos das especialidades da instalação de uma creche no Edifício da Ivima”**, foram assumidos compromissos para o ano de 2018 de 885,60 €, IVA incluído à taxa legal em vigor, estimando-se que os mesmos transitem por faturar para o ano de 2019, por não se ter procedido à consignação da empreitada do Concurso Público n.º 17/2017-“Instalação de Creche para 84 crianças no Edifício da IVIMA”.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/07010304 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2011/I/16, com a designação “Projetos de Especialidade para a Instalação de creche para crianças no antigo edifício da IVIMA”.

Considerando que com a aprovação Documentos Previsionais para o ano de 2018, não foi inscrita dotação no ano de 2019 na ação referida anteriormente, classificação orgânica/económica 07/07010304, pelo que é proposto o reforço para o ano de 2019 na ação 2011/I/16, para um dotação total corrigida de 886,00 € na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (…). ”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que não sucede na ação supra indicada.

Considerando que o contrato para o **P.A. n.º 75/2012-AP/DOP – “Elaboração dos projetos das especialidades da instalação de uma creche no Edifício da Ivima”** não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que a dotação a inscrever na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços do P.A. n.º 75/2012-AP/DOP – “Elaboração dos projetos das especialidades da instalação de uma

creche no Edifício da Ivima”, até ao valor de 885,60 euros, para o ano de 2019, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

24. "Instalação de Creche para 84 crianças no Edifício da IVIMA" - Concurso Público n.º 17/2017 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1210 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que na presente data não se procedeu à consignação da empreitada subjacente ao Contrato n.º 11/2018 datado de 01/03/2018, celebrado no âmbito do procedimento de contratação pública para o **"Instalação de Creche para 84 crianças no Edifício da IVIMA" - Concurso Público n.º 17/2017**, com a empresa Arlindo Lopes Dias, Unipessoal, Lda., com um valor global de encargos de 444.855,55 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%, o que perfaz o montante de 471.546,88 euros, com um prazo de execução de 270 dias, e que tal determina a assunção de encargos no ano de 2019.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010304, ação do Plano Plurianual de Investimentos 2011/I/17 com a designação “*Construção de Creche no antigo Edifício da IVIMA*”.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais de 2018, foi inscrita a dotação de 368.218,00 euros, no ano de 2019, na ação referida anteriormente, tendo sido aprovado o reforço de dotação para o ano de 2019, na ação 2011/I/17, para uma dotação total corrigida de 471.548,00 euros, na 2.ª e 3.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, aprovadas em sessão da Assembleia Municipal de 22/06/2018 e 28/09/2018, respetivamente.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – *Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...)* ”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que não sucede na ação supra indicada.

Considerando que o contrato para a **"Instalação de Creche para 84 crianças no Edifício da IVIMA" - Concurso Público n.º 17/2017**, ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que a dotação corrigida no ano de 2019 nos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de "Instalação de Creche para 84 crianças no Edifício da IVIMA" - Concurso Público n.º 17/2017, até ao valor máximo de 471.546,88 euros para o ano de 2019, na ação 2011/I/17 com a designação “*Construção de Creche no antigo Edifício da IVIMA*”, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

25. Projeto de reforço e/ou substituição da estrutura da cobertura do corpo sul do Edifício da IVIMA - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1211 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que no âmbito do **Projeto de reforço e/ou substituição da estrutura da cobertura do corpo sul do Edifício da IVIMA**, foram assumidos compromissos para o ano de 2018 de 2.460,00 €, respetivamente, IVA incluído à taxa legal em vigor, estimando-se que esse montante transite por faturar para o ano de 2019.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/07010304 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2011/I/17, com a designação *“Construção de Creche no antigo Edifício da IVIMA”*.

Considerando que com a aprovação Documentos Previsionais para o ano de 2018, foi inscrita a dotação de 368.218,00 euros no ano de 2019 na ação referida anteriormente, tendo sido aprovado o reforço de dotação para o ano de 2019, na ação 2011/I/17, para uma dotação total corrigida de 471.548,00 euros, na 2.ª e 3.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, aprovadas em sessão da Assembleia Municipal de 22/06/2018 e 28/09/2018, verba afeta ao Concurso Público n.º 17/2017 - "Instalação de Creche para 84 crianças no Edifício da IVIMA" pelo que se verifica que a verba é insuficiente para a despesa que se perspetiva assumir no âmbito do presente processo.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“(...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que não sucede na ação supra indicada.

Considerando que o contrato para o **Projeto de reforço e/ou substituição da estrutura da cobertura do corpo sul do Edifício da IVIMA** não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que a dotação corrigida no ano de 2019 a inscrever na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se que a autorização prévia genérica concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 é suficiente.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços do Projeto de reforço e/ou substituição da estrutura da cobertura do corpo sul do Edifício da IVIMA, até ao valor de 2.460,00 euros, para o ano de 2019, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

26. P.A. n.º 81/2014-AP/DOT - "Revisão do Plano Director Municipal da Marinha Grande" - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

Os Srs. Vereadores do MpM fizeram o seguinte comentário:

“Questionamos qual o motivo por que temos compromissos plurianuais, quando estava previsto pagar uma parte em 2018?”

A informação é que não pagámos nada em 2018 do valor acordado, porque a empresa não desenvolveu qualquer trabalho.

A responsabilidade do processo não ter andado foi interna e não da empresa que não fez nenhum trabalho em 2018.”

A Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

1212 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que no âmbito do **P.A. n.º 81/2014-AP/DOT – "Revisão do Plano Director Municipal da Marinha Grande"**, foram assumidos compromissos de 35.424,00 euros e de 44.280,00 euros para os anos de 2018 e 2019, ambos com IVA incluído à taxa legal em vigor, estimando-se que o montante de 35.424,00 euros transitem por faturar para o ano de 2019, de acordo com informação dos serviços.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 05/070113 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2012/I/20, com a designação *“Revisão do Plano Director Municipal”*.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2018, foi inscrita uma dotação de 44.280,00 euros no ano de 2019 na ação referida anteriormente, pelo que é proposto o reforço de dotação para o ano de 2019, na ação 2012/I/20, para uma

dotação total corrigida de 81.954,00 € na 4.^a Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (…)”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que não sucede na ação supra indicada.

Considerando que o contrato para o **P.A. n.º 81/2014-AP/DOT – “Revisão do Plano Director Municipal da Marinha Grande”** não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que a dotação a inscrever na 4.^a Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços P.A. n.º 81/2014-AP/DOT – “Revisão do Plano Director Municipal da Marinha Grande”, até ao valor de 79.704,00 euros, para o ano de 2019, correspondente aos compromissos já assumidos para esse ano (44.280,00 euros) e aos que se estimam transitar (35.424,00 euros) para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.^a Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

27. P.A. n.º 59/2017-AP/DOT - Contratação do serviço de levantamento do património arqueológico do concelho da Marinha Grande - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1213 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que no âmbito do **P.A. n.º 59/2017-AP/DOT - Contratação do serviço de levantamento do património arqueológico do concelho da Marinha Grande**, foram assumidos compromissos para o ano de 2018 de 2.250,00 €, IVA incluído à taxa legal em vigor, estimando-se que os mesmos transitem por faturar para o ano de 2019.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 05/070113 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2012/I/20, com a designação "*Revisão do Plano Director Municipal*".

Considerando que com a aprovação Documentos Previsionais para o ano de 2018, foi inscrita uma dotação de 44.280,00€ no ano de 2019 na ação referida anteriormente, afeta ao P.A. n.º 81/2014-AP/DOT - "Revisão do Plano Director Municipal da Marinha Grande", é proposto o reforço de dotação para o ano de 2019, na ação 2012/I/20, para um dotação total corrigida de 81.954,00 € na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis

n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (…)”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que não sucede na ação supra indicada.

Considerando que o contrato para o **P.A. n.º 59/2017-AP/DOT - Contratação do serviço de levantamento do património arqueológico do concelho da Marinha Grande** não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que a dotação a inscrever na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços P.A. n.º 59/2017-AP/DOT - Contratação do serviço de levantamento do património arqueológico do concelho da Marinha Grande, até ao valor de 2.250,00 euros, para o ano de 2019, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

28. P.A. n.º 82/2017-AP/DOT - Elaboração de projeto de requalificação do ponto de água em Albergaria - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1214 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano

económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que no âmbito do **P.A. N.º82/2017-AP/DOT - Elaboração de projeto de requalificação do ponto de água em Albergaria**, foram assumidos compromissos para o ano de 2018 de 316,42 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, relativos à assistência técnica em obra, estimando-se que este valor transite por faturar para o ano de 2019.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 05/07010412 na ação do Plano Plurianual de Investimentos 2015/I/19 com a designação de *“Construção e grande reparação em pontos de água”*.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais de 2018, não foi inscrita dotação no ano de 2019, na ação referida anteriormente, pelo que é proposto o reforço de dotação para o ano de 2019, na ação 2015/I/19 para uma dotação total corrigida de 316,50 euros, na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º12.º que:

“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...).”

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que sucede na ação supra indicada.

Considerando que o contrato para o **P.A. n.º 82/2017-AP/DOT - Elaboração de projeto de requalificação do ponto de água em Albergaria** não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que a dotação a inscrever na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao P.A. n.º 82/2017-AP/DOT - Elaboração de projeto de requalificação do ponto de água em Albergaria, até ao valor total de 316,42 euros, para o ano de 2019, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

29. Prestação de serviço de elaboração de projeto da rede elétrica e telegestão da exploração do furo SL6 da Pedrulheira - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1215 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de

compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que no âmbito da **"Prestação de serviço de elaboração de projeto da rede elétrica e telegestão da exploração do furo SL6 da Pedrulheira"**, foram assumidos compromissos para o ano de 2018 de 115,58 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando que, de acordo com informação MF_62_2018 de 16.11.2018 da Divisão de Gestão do Território *"(...) a assistência técnica durante a empreitada só ocorrerá no ano de 2019 (...)".*

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/07010406 na ação do Plano Plurianual de Investimentos 2015/I/75 com a designação de *"Obras de requalificação para exploração do furo AC3 - Pedrulheira"*.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais de 2018, não foi inscrita dotação no ano de 2019, na ação referida anteriormente, é proposto o reforço de dotação para o ano de 2019, na ação 2015/I/75, para uma dotação total corrigida de 116,00 euros, na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

" (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetua-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ".

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista

dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que não sucede na ação supra indicada.

Considerando que o contrato para a **"Prestação de serviço de elaboração de projeto da rede elétrica e telegestão da exploração do furo SL6 da Pedrulheira"**, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que a dotação a inscrever na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à "Prestação de serviço de elaboração de projeto da rede elétrica e telegestão da exploração do furo SL6 da Pedrulheira" até ao valor total de 115,58 euros, para o ano de 2019, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

30. "Remodelação do Centro de Saúde da Marinha Grande" - Concurso Público n.º 12/2018 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1216 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que na presente data não se procedeu à consignação da empreitada subjacente ao Contrato n.º 73/2018 celebrado no âmbito do procedimento de contratação pública para a **"Remodelação do Centro de Saúde da Marinha Grande" - Concurso Público n.º 12/2018**, com a empresa Canas – Engenharia e Construção, S.A., com um valor global de encargos de 987.477,76 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%, o que perfaz o montante de 1.046.726,43 euros, com um prazo de execução de 12 meses, e que tal determina a assunção de encargos nos anos de 2019 e 2020.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/07010307, ação do Plano Plurianual de Investimentos 2016/I/38 com a designação *"Requalificação do Centro de Saúde da Marinha Grande"*.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais de 2018, foi inscrita a dotação de 398.430,00 euros, no ano de 2019, na ação referida anteriormente, tendo sido, posteriormente, aprovado o reforço de dotação para o ano de 2019, na ação 2016/I/38, para uma dotação total corrigida de 1.037.410,00 euros, na 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, aprovadas em sessão da Assembleia Municipal de 28/02/2018, verba insuficiente para a despesa que se perspetiva assumir, pelo que é proposto um reforço de dotação nos anos de 2019 e 2020 para uma dotação total corrigida de 1.047.000,00 euros e 150.000,00 euros, respetivamente, na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

" (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) "

Considerando que o contrato para a **"Remodelação do Centro de Saúde da Marinha Grande" - Concurso Público n.º 12/2018**, ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, e que o processo aguarda a concessão do visto e a aprovação do contrato de financiamento.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 28/02/2018 foi concedida autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais relativos à **"Remodelação do Centro de Saúde da Marinha Grande" - Concurso Público n.º 12/2018**, até ao valor máximo de 1.037.410,00 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2019.

Considerando que a dotação corrigida no ano de 2019 a inscrever na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, mas que a autorização genérica concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2018 é inferior ao montante agora necessário.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de "Remodelação do Centro de Saúde da Marinha Grande" - Concurso Público n.º 12/2018, até ao valor máximo de 1.047.000,00 euros e 150.000,00 euros, para os anos de 2019 e 2020, na ação 2016/I/38 com a designação "*Requalificação do Centro de Saúde da Marinha Grande*", para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

31. P.A. N.º 83/2017-AP/DOT-Elaboração de projetos de arquitetura e especialidades para reabilitação do Bloco L e M - Casal Malta - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1217 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que no âmbito do **P.A.N.º83/2017-AP/DOT-Elaboração de projetos de arquitetura e especialidades para reabilitação do Bloco L e M - Casal Malta**, foram assumidos compromissos para o ano de 2018 de 1.485,23 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, estimando-se que este valor transite por faturar para o ano de 2019 uma vez que respeita à assistência técnica em obra.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 05/07010203 na ação do Plano Plurianual de Investimentos 2016/I/39 com a designação de “Reabilitação de edifícios de habitação social-PEDU/PAICD”.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2018, não foi inscrita dotação para o ano 2019 na ação referida, verba insuficiente para a despesa que se perspetiva assumir, e que foi inscrito o reforço de 493.837,50€ com a aprovação da 1.ª e 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de 2018 aprovadas em sessão da Assembleia Municipal de 28/02/2018 e de 22/06/2018, respetivamente.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.ª da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetua-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...)”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que sucede na ação supra indicada.

Considerando que o presente procedimento, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, e que a dotação corrigida que foi aprovada com a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 na sessão da Assembleia Municipal de 22/06/2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, pelo que se verifica que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a

assunção de compromissos plurianuais relativos ao P.A. N.º 83/2017-AP/DOT-Elaboração de projetos de arquitetura e especialidades para reabilitação do Bloco L e M - Casal Malta, até ao valor total de 1.485,23 euros, para o ano de 2019, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

32. Elaboração de projetos de especialidade para a requalificação da cantina escolar da Embra - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1218 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que no âmbito da prestação de serviços para a “**Elaboração de projetos de especialidade para a requalificação da cantina escolar da Embra**”, foram assumidos compromissos no ano de 2018 de 6.088,50 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, sendo que na presente data se estima que transitem 913,27 euros para o ano de 2019, relativos à assistência técnica em obra.

Considerando que nos termos da informação 28/MO/2018 de 16.11.2018 da Divisão de Gestão do Território “(...) *cumprir informar que a componente de Assistência Técnica, correspondente a 15% do valor global, depende da empreitada para a execução da obra não iniciada até ao momento. (...)*”

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 05/07010305 na ação do Plano Plurianual de Investimentos 2015/I/45 com a designação de “*Reabilitação da Cantina da Embra*”.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2018, não foi inscrita dotação para o ano 2019 na ação referida, pelo que foi inscrito o reforço de 159.000,00 euros na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de 2018, aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 22/06/2018.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“(...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetua-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...).”

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que sucede na ação supra indicada.

Considerando que o presente procedimento, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, e que a dotação corrigida que foi aprovada com a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 na sessão da Assembleia Municipal de 22/06/2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, mas a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de serviços para a “Elaboração de projetos de especialidade para a requalificação da cantina escolar da Embra”, até ao valor total de 913,27 euros, para o ano de 2019, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

33. P.A. n.º 74/2017-AP/DOT - Prestação de serviços de elaboração de projetos de arquitetura e especialidades para conceção de Centro Escolar da Várzea - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1219 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que no âmbito do **P.A.n.º74/2017-AP/DOT - “Prestação de serviços de elaboração de projetos de arquitetura e especialidades para conceção de Centro Escolar da Várzea”**, foram assumidos compromissos para o ano de 2018 de 51.045,00 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, estimando-se que este valor transite por faturar para o ano de 2019.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 05/07010305 na ação do Plano Plurianual de Investimentos 2016/I/33 com a designação de “*Construção de Centro Escolar da Marinha Grande*”.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2018, foi inscrita, no ano de 2019, a dotação de 7.657,00 euros, tendo sido aprovado o reforço de dotação para o ano de 2019, para uma dotação total corrigida de 1.864.860,64 euros na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de 2018, aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 22/06/2018.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis

n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que sucede na ação supra indicada.

Considerando que o presente procedimento, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, e que a dotação corrigida que foi aprovada com a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 na sessão da Assembleia Municipal de 22/06/2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao P.A. n.º 74/2017-AP/DOT - “Prestação de serviços de elaboração de projetos de arquitetura e especialidades para conceção de Centro Escolar da Várzea”, até ao valor total de 51.045,00 euros, para o ano de 2019, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

34. "Requalificação/ampliação da Escola Básica da Moita" - Concurso Público nº 05/2018 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1220 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando o Contrato n.º 69/2018 datado de 20/08/2018, celebrado no âmbito do procedimento de contratação pública para a **"Requalificação/ampliação da Escola Básica da Moita" - Concurso Público nº 05/2018**, com a entidade Arlindo Lopes Dias, Unipessoal, Lda., com um valor global de encargos de 394.999,99 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%, o que perfaz o montante de 418.699,99 euros, cuja consignação data de 22/10/2018, tem um prazo de execução de 270 dias, e que tal determina a assunção de encargos nos anos de 2019.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação inscrita nas classificações orgânica/económica 07/07010307, ação do Plano Plurianual de Investimentos 2015/I/36 com a designação *"Beneficiação da Escola Básica da Moita"*.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais de 2018, foi inscrita a dotação de 101.025,00 euros no ano de 2019, na ação referida anteriormente, tendo sido aprovado o reforço de dotação para o ano de 2019, para uma dotação total corrigida de 252.825,00 euros, na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 22/06/2018, verba insuficiente para a despesa que se perspetiva assumir, pelo que é proposto um reforço de dotação no ano de 2019 para uma dotação total corrigida de 320.000,00 euros, na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

" (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 06/07/2018 foi concedida autorização para a assunção de compromissos plurianuais com a **"Requalificação/ampliação da Escola Básica da Moita" - Concurso Público nº 05/2018**, até ao valor máximo de 252.825,00 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2019.

Considerando que a dotação corrigida no ano de 2019 a inscrever na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, e que se verifica que a autorização genérica concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 06 de agosto de 2018 é, nesta data, insuficiente.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de "Requalificação/ampliação da Escola Básica da Moita" - Concurso Público nº 05/2018, até ao valor máximo de 318.265,00 euros, para o ano de 2019, na ação 2015/II/36 com a designação "Beneficiação da Escola Básica da Moita", para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

35. P.A. n.º 2/2017-AP/DOT - Elaboração de projetos de especialidades para requalificação e ampliação da escola da Moita - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1221 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de

investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que no âmbito do **P.A. n.º 2/2017-AP/DOT - Elaboração de projetos de especialidades para requalificação e ampliação da escola da Moita**, foram assumidos compromissos para o ano de 2018 de 1.734,30€, IVA incluído à taxa legal em vigor, estimando-se que os mesmos transitem por faturar para o ano de 2019 por se tratar de assistência técnica em obra.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/ 07010305 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2015/I/36, com a designação “*Beneficiação da Escola Básica da Moita*”.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais de 2018, foi inscrita a dotação de 101.025,00 euros no ano de 2019, na ação referida anteriormente, tendo sido aprovado o reforço de dotação para o ano de 2019, para uma dotação total corrigida de 252.825,00 euros, na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 22/06/2018, verba afeta ao Concurso Público n.º 05/2018-“Requalificação/ampliação da Escola Básica da Moita”, pelo que não existe dotação suficiente para a despesa que se perspetiva assumir no âmbito do **P.A. n.º 2/2017-AP/DOT - Elaboração de projetos de especialidades para requalificação e ampliação da escola da Moita**. Assim, é proposto um reforço de dotação no ano de 2019 para uma dotação total corrigida de 320.000,00 euros, na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – *Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...)*”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do

art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que não sucede na ação supra indicada.

Considerando que o contrato celebrado no âmbito do **P.A. n.º 2/2017-AP/DOT - Elaboração de projetos de especialidades para requalificação e ampliação da escola da Moita** não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que a dotação a inscrever na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços do P.A. n.º 2/2017-AP/DOT - Elaboração de projetos de especialidades para requalificação e ampliação da escola da Moita, até ao valor de 1.734,30 euros, para o ano de 2019, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

36. P.A. n.º 58/2018-AP/DOT - Projeto de execução para construção Patinódromo, adaptação e reabilitação de balneários e bancadas de apoio e requalificação de arruamento – Casal Malta - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1222 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica

e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que no âmbito do **P.A. n.º 58/2018-AP/DOT-Projeto de execução para construção patinódromo, adaptação e reabilitação de balneários e bancadas de apoio e requalificação de arruamento – Casal Malta**, foram assumidos compromissos nos anos de 2018 e 2019 de 8.881,52 euros e 1.567,33 euros, respetivamente, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando que de acordo com informação I.A. 40/2018 de 21.11.2018 da Divisão de Gestão do Território “ (...) *A entrega do projeto de execução apenas terá lugar em 2019, bem como a assistência técnica em obra (...)*” pelo que transitará por faturar para 2019 o montante de 4.701,98 euros, relativo ao Projeto de Execução.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/07010405 na ação do Plano Plurianual de Investimentos 2018/I/100 com a designação de “*Orçamento Participativo 2017 - Patinódromo (pista de patinagem de velocidade da zona centro) - Freguesia de Marinha Grande*”.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2018, não foi inscrita dotação para o ano 2019 na ação referida, tendo sido inscrito o reforço de 103.690,00€ na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de 2018, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 22/06/2018.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - *Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.*

2 – *Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...)*”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista

dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que sucede na ação supra indicada.

Considerando que o presente procedimento, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, que a dotação corrigida aprovada com a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se, no entanto, que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao P.A. n.º 58/2018-AP/DOT - Projeto de execução para construção patinódromo, adaptação e reabilitação de balneários e bancadas de apoio e requalificação de arruamento – Casal Malta, até ao valor total de 6.269,31 euros, para o ano de 2019, correspondente aos compromissos já assumidos para esse ano (1.567,33 euros) e aos que se estimam transitar (4.701,98 euros), para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

37. "Execução de Circuito de Ensino Rodoviário - Parque da Cerca - Marinha Grande" - Concurso Público n.º 27/2017 - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1223 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que na presente data não se procedeu à consignação da empreitada subjacente ao Contrato n.º 11/2018 celebrado no âmbito do procedimento de contratação pública para o **"Execução de Circuito de Ensino Rodoviário - Parque da Cerca - Marinha Grande" - Concurso Público n.º 27/2017**, com a empresa Franco & Rúben, Construções,

Lda., com um valor global de encargos de 115.042,25 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%, o que perfaz o montante de 121.944,79 euros, com um prazo de execução de 60 dias, e que tal determina a assunção de encargos no ano de 2019.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010307, 07/07010412 e 07/070110, ação do Plano Plurianual de Investimentos 2017/I/118 com a designação "*Ocupação de tempos livres, recreio e lazer*".

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais de 2018, não foi inscrita qualquer dotação no ano de 2019, na ação referida anteriormente, é proposto o reforço de dotação para o ano de 2019, na ação 2017/I/118, para uma dotação total corrigida de 121.946,00 euros, respetivamente, na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

" (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.ª da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) "

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que não sucede na ação supra indicada.

Considerando que o contrato para a "**Execução de Circuito de Ensino Rodoviário - Parque da Cerca - Marinha Grande**" - **Concurso Público n.º 27/2017**, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que a dotação a inscrever na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais,

conforme deliberação da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de "Execução de Circuito de Ensino Rodoviário - Parque da Cerca - Marinha Grande" - Concurso Público n.º 27/2017, até ao valor máximo de 121.944,79 euros para o ano de 2019, na ação 2017/II/118 com a designação "*Ocupação de tempos livres, recreio e lazer*", para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

38. P.A. n.º 20/2018-AP/DOT - Elaboração de anteprojeto e projeto de execução da requalificação arquitetónica e energética do Edifício da Biblioteca Municipal - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1224 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que no âmbito do **P.A. n.º 20/2018-AP/DOT - Elaboração de anteprojeto e projeto de execução da requalificação arquitetónica e energética do Edifício da Biblioteca Municipal**, foram assumidos compromissos no ano de 2018 de 12.115,51 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando que de acordo com informação MF_65_2018 de 16.11.2018 da Divisão de Gestão do Território “(...) *a assistência durante a empreitada irá ocorrer durante o ano de 2019 (...)*”, pelo que transitará por faturar para o ano de 2019 o montante de 1.817,33 euros.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/07010302 na ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/I/111 com a designação de “*Obras de reabilitação do edifício da Biblioteca Municipal da Marinha Grande*”.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2018, não foi inscrita dotação para o ano 2019 na ação referida, foi inscrito o reforço de 132.760,00 euros nas 1.ª e 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de 2018, aprovadas em sessão da Assembleia Municipal de 28/02/2018 e 22/06/2018, respetivamente.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - *Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.ª da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.*

2 – *Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...)* ”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que sucede na ação supra indicada.

Considerando que o presente procedimento, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, e que a dotação corrigida inscrita nas 1.ª e 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se, no entanto, que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao P.A. n.º 20/2018-AP/DOT - Elaboração de anteprojeto e projeto de execução da requalificação arquitetónica e energética do Edifício da Biblioteca Municipal, até ao valor total de 1.817,33 euros, para o ano de 2019, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

39. P.A. n.º 14/2018-AP/DOT - Projeto de reabilitação integral de edifício para apoio aos equipamentos instalados no Património Stephens - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

1225 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que no âmbito do **P.A. n.º 14/2018-AP/DOT - Projeto de reabilitação integral de edifício para apoio aos equipamentos instalados no Património Stephens**, foram assumidos compromissos no ano de 2018 e 2019 de 20.365,53 euros e 1.651,25 euros, respetivamente, IVA incluído à taxa legal em vigor, estimando-se que transite por faturar para o ano de 2019 o montante de 9.357,14 euros, correspondente ao valor do Projeto de Execução e à assistência técnica em obra.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 05/07010302 na ação do Plano Plurianual de Investimentos 2016/I/50 com a designação de *“Reabilitação integral de edifício para apoio aos equipamentos instalados no Património Stephens-PEDU/PARU”*.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2018, foi inscrita a dotação de 1.845,00 euros para o ano 2019 na ação referida, sendo que na presente data esta verba é insuficiente para a despesa que se perspetiva assumir, tendo sido inscrito o reforço de 373.384,00 euros nas 1.ª e 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de 2018, aprovadas em sessão da Assembleia Municipal de 28/02/2018 e 22/06/2018, respetivamente.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...).”

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que sucede na ação supra indicada.

Considerando que o presente procedimento, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, e que a dotação corrigida que foi aprovada nas 1.ª e 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao P.A. n.º 14/2018-AP/DOT - Projeto de reabilitação integral de edifício para apoio aos equipamentos instalados no Património Stephens, até ao valor total de 11.008,39 euros, para o ano de 2019, correspondente aos compromissos já assumidos para esse ano (1.651,25 euros) e aos que se estimam transitar (9.357,14 euros), para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

40. P.A. n.º 68/2014-AP/DAM – Elaboração de regulamento municipal dos serviços de abastecimento água, saneamento, águas residuais e gestão resíduos urbanos, estudo do tarifário e elaboração do respetivo regulamento de tarifa. - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

Os Srs. Vereadores do MpM questionaram o seguinte:

“Qual o motivo por que este compromisso para criar o regulamento de água e saneamento vai transitar para 2019, quando estava definido para este ano. Porque não foi feito?”

Depois de esclarecer a questão a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

1226 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que no âmbito do **P.A.n.º68/2014-AP/DAM – Elaboração de regulamento municipal dos serviços de abastecimento água, saneamento, águas residuais e gestão resíduos urbanos, estudo do tarifário e elaboração do respetivo regulamento de tarifa**, foram assumidos compromissos no ano de 2018 de 7.134,00 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, montante que se estima que transite por faturar para o ano de 2019.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 0104/020214 na ação do Plano de Atividades Municipal 2014/A/184 com a designação de “*Tarifários e Regulamentos no âmbito do serviço da AAS*”.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais de 2018, não foi inscrita dotação no ano de 2019, na ação referida anteriormente, é proposto o reforço de dotação para o ano de 2019 para uma dotação total corrigida de 7.135,00€, na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetua-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...).”

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que sucede na ação supra indicada.

Considerando que o contrato para o **P.A. n.º 68/2014-AP/DAM – Elaboração de regulamento municipal dos serviços de abastecimento água, saneamento, águas residuais e gestão resíduos urbanos, estudo do tarifário e elaboração do respetivo regulamento de tarifa** não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que a dotação a inscrever na 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, verifica-se que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao P.A.n.º 68/2014-AP/DAM – Elaboração de regulamento municipal dos serviços de abastecimento água, saneamento, águas residuais e gestão resíduos urbanos, estudo do tarifário e elaboração do respetivo regulamento de tarifa, até ao valor total de 7.134,00 euros, para o ano de 2019, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

41. P.A. n.º 43/2018-AP/DISU - Elaboração de Plano Geral do Sistema de Abastecimento de Água da Freguesia da Marinha Grande - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

Os Srs. Vereadores do MpM questionaram o seguinte:

“Porque não foi feito este Plano de abastecimento de águas que estava previsto para o primeiro trimestre de 2018?”

Depois de esclarecer a questão a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

1227 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que no âmbito do **P.A. N.º 43/2018-AP/DISU - Elaboração de Plano Geral do Sistema de Abastecimento de Água da Freguesia da Marinha Grande**, foram assumidos compromissos para o ano de 2018 de 76.875,00 €, IVA incluído à taxa legal em vigor, estimando-se que 61.500,00 euros transitem por faturar para o ano de 2019.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/07010406 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2018/I/56, com a designação “*Simulação Hidráulica - Zona de Abastecimento dos Picotes*”.

Considerando que com a aprovação Documentos Previsionais para o ano de 2018, não foi inscrita dotação no ano de 2019 na ação referida anteriormente, tendo sido aprovado o reforço de dotação para o ano de 2019, na ação 2018/I/56, para uma dotação total corrigida de 190.000,00 euros, na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 22/06/2018, verba suficiente para a despesa que se perspetiva assumir.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – *Excetua-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...)*”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 164º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que não sucede na ação supra indicada.

Considerando que o contrato para o **P.A. N.º 43/2018-AP/DISU - Elaboração de Plano Geral do Sistema de Abastecimento de Água da Freguesia da Marinha Grande** não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que a dotação corrigida no ano de 2019 nos Documentos Previsionais de 2018 é suficiente para os encargos plurianuais que se pretendem assumir, pelo que se verifica que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017 não se aplica a este procedimento.

Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços P.A. N.º 43/2018-AP/DISU - Elaboração de Plano Geral do Sistema de Abastecimento de Água da Freguesia da Marinha Grande, até ao valor de 61.500,00 euros, para o ano de 2019, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

42. PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº 90/2018 – AP/DAF – Contratação de serviços de certificação legal das contas do Município da Marinha Grande e respetivo parecer a emitir por auditor externo para o ano de 2018 – Proposta a remeter à Assembleia Municipal da Marinha Grande para efeitos do cumprimento do disposto no art.º 77.º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro.

1228 - Presente informação da DAF relativa à necessidade de se proceder à contratação de serviços de certificação legal das contas do Município da Marinha Grande e respetivo parecer a emitir por auditor externo para o ano de 2018.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, a qual estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, “(...)Os documentos de prestação de contas das entidades referidas no n.º 1, (...), são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, nos termos previstos no artigo seguinte.”

Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 77.º da mesma lei, as contas dos municípios devem ser verificadas por auditor externo, o qual é nomeado por deliberação de Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Considerando o exposto, encontra-se legalmente justificada a necessidade da contratualização de serviços de certificação legal das contas do Município da Marinha Grande e respetivo parecer a emitir por auditor externo para o ano de 2018.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do art.º 77.º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, propor à Assembleia Municipal da Marinha Grande que seja convidada, para efeitos de nomeação do auditor externo no âmbito da contratação de serviços de certificação legal das contas do Município da Marinha Grande e respetivo parecer a emitir para o ano de 2018, a entidade APPM – Ana Calado Pinto, Pedro de Campos Machado, Ilídio César Ferreira & Associados, SROC, Lda., representada pela Doutora Ana Calado Pinto, ROC n.º 1103, sendo que o preço base do procedimento de contratação pública a adotar não pode exceder os 10.493 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

43. Lançamento da derrama relativa ao ano de 2018 a cobrar em 2019

Os Srs. Vereadores do MpM colocaram as seguintes questões:

“Questionamos porque só agora estamos a definir o valor da derrama e como é possível ter apresentado um orçamento em Outubro, sem que antes tenhamos conhecimento da receita a receber na derrama.

Na aprovação da derrama no ano passado fizemos uma proposta, que foi aceite por todos. E ficou escrito na ata de 21/12/2017, o seguinte:

“Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, com o compromisso de, no decurso do mês de Janeiro de 2018 se apresentar:

a) uma análise do impacto financeiro da receita na circunstância em que se delibere sobre a isenção da derrama para os sujeitos passivos com lucro tributável sujeito e não isento de

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) que no ano anterior registem um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000 euros;

b) a contextualização legal da medida.

c) uma proposta concreta do valor derrama, com o estudo e a implicação da medida para os sujeitos passivos com lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) que no ano anterior registem um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000 euros, contextualização legal devidamente organizada e subscrita pelos serviços ou pela Senhora Presidente.”

O objetivo da nossa proposta era que as empresas de menor faturação (150.000) fossem isentadas do pagamento de derrama, de modo a ajudar as micro empresas e empresas familiares de muito pequena dimensão.

Por outro lado era uma forma de nos tornarmos competitivos com os municípios vizinhos, que já utilizam esta prática.

A Sra Presidente apresenta uma proposta de deliberação em que não cumpre o compromisso que assumiu o ano passado e propõe condições exatamente iguais às do ano passado.

A Sra Chefe de Divisão Financeira veio dizer que o impacto financeiro é de cerca de € 44.000,00 e atinge 406 sujeitos passivos.

Como a Sra. Presidente voltou atrás e vamos isentar de IMI quem fatura menos de 150.000€, votamos favoravelmente.”

A **Sr.ª Presidente** solicitou a presença da **Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr.ª Sandra Paiva**, que prestou todos os esclarecimentos solicitados pelos Srs. Vereadores.

Depois de prestados todos os esclarecimentos, a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

1229 - De acordo com o estabelecido na alínea b) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua redação atual, diploma que preceitua o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do art.º 18.º do mesmo diploma legal, constitui uma receita municipal.

Considerando que de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas) que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.

Considerando que de acordo com o n.º 4 do art.º 18.º da referida lei, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000 euros.

Considerando os investimentos em curso e que se perspectivam lançar no concelho da Marinha Grande nas áreas das infraestruturas de redes municipais e da requalificação urbana, cuja execução física e financeira terá um forte impacto na estrutura da despesa do orçamento camarário do ano de 2019 e seguintes.

Considerando comunicação da Autoridade Tributária à autarquia, em cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 3 do art. 19º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, pela qual a Câmara Municipal é informada, nomeadamente, da derrama liquidada, constando da mesma que a derrama apurada nos sujeitos passivos com volume de negócios que não ultrapassam os 150.000 euros, no exercício económico de 2018, é de 44.024,36 euros, para cumprimento do preceituado do n.º 2 do art.º 16.º do mesmo diploma legal.

A Câmara Municipal, apreciando o exposto e concordando com o seu teor, delibera nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art. 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal a seguinte proposta de lançamento da derrama relativa ao ano de 2018 a cobrar em 2019, fixando-a em:

- 1,5% para os sujeitos passivos com lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) que registem no ano anterior um volume de negócios que ultrapasse os 150.000,00 euros, nos termos do disposto art.º 18.º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro;
- Isenção para os sujeitos passivos com lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) que no ano anterior registem um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000 euros, nos termos do disposto no art.º 18.º, n.º 4 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro;

Mais delibera remeter a presente proposta de deliberação à Assembleia Municipal para que este órgão deliberativo autorize o lançamento da derrama relativa ao ano de 2018, a cobrar em 2019, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

44. Imposto Municipal sobre Imóveis Fixação da taxa respeitante ao ano de 2018 a liquidar no ano de 2019

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“Questionamos porque só agora estamos a definir o valor do IMI e como é possível ter apresentado um orçamento em Outubro, sem que antes tenhamos conhecimento da receita a receber de IMI.

A proposta apresentada é rigorosamente a mesma que tivemos no ano passado. Na aprovação do IMI no ano passado discutimos sobre este assunto, conforme podemos ler na ata de 21/12/2017, onde se referia que a Câmara não está a cumprir a lei de que os prédios devolutos e degradados têm o IMI em triplo. A Sra Presidente disse que iria fazer e passado um ano apresenta a mesma proposta.

Votamos contra, com declaração de voto.”

Depois de prestados todos os esclarecimentos, e tendo os Srs. Vereadores manifestado as suas posições, que se encontram expressas nas respetivas declarações de voto, a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

1230 - Nos termos do disposto na alínea a) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua redação atual, diploma que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o produto da cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), constitui receita dos municípios.

Conforme estipulado na alínea d) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal fixar anualmente o valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, mediante proposta da Câmara Municipal, conforme disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do mesmo diploma legal.

Considerando que nos termos do n.º 5 do art.º 112 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, de ora em diante designado por CIMI, na sua redação atual, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano aos prédios urbanos, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo.

Considerando que a deliberação que fixa as taxas do IMI deve ser comunicada à Direção Geral dos Impostos, por transmissão eletrónica de dados, até ao dia 31 de dezembro de 2018, atento o disposto no n.º 14 do art.º 112.º do CIMI na sua redação atual.

Considerando que o intervalo preceituado na alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º do CIMI, para os prédios urbanos, varia de 0,3 % a 0,45 %;

Considerando os investimentos em curso e que se perspetivam lançar no concelho da Marinha Grande nas áreas das infraestruturas de redes municipais e requalificação urbana, cuja execução física e financeira terá um forte impacto na estrutura da despesa do orçamento camarário do ano de 2019.

Considerando o exposto, a Câmara Municipal delibera nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para os prédios urbanos em 0,3%, respeitante ao ano de 2018 a liquidar no ano de 2019, para que o órgão deliberativo fixe as mesmas nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 25 do mesmo diploma legal, atenta a necessidade da sua comunicação à Direção Geral dos Impostos, até 31 de dezembro de 2018.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 3 votos contra dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, e da Sr.ª Vereadora da CDU, Lara Lino, tendo a Sr.ª Presidente da Câmara feito uso do voto de qualidade, previsto no n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os Srs. Vereadores do MpM proferiram a seguinte declaração de voto:

A definição do pagamento de impostos por parte da Câmara Municipal a empresas e particulares, deve ter em conta a estrutura económico-social do município, a conjuntura em que se vive e o espectro dos contribuintes implicados.

Os impostos que a Câmara cobra aos cidadãos, devem ser um processo justo, de modo a que estes vejam no Município um parceiro confiável. Os privados e empresas “emprestam” dinheiro à Câmara, esperando ver a sua devolução na forma de desenvolvimento da terra.

O município da Marinha Grande tem definido que o IMI é igual em todos os edifícios, não tendo em conta o agravamento para os imóveis devolutos e degradados, conforme determina a lei.

Em dezembro do ano passado, aquando da discussão sobre o IMI de 2018, alertámos para a situação do Município não estar a cumprir a lei. A Sr.ª Presidente disse que “esse trabalho não está feito e a proposta aqui presente, que tem de ser comunicada até 31 de dezembro.”

Sabendo desta questão, apenas hoje, 14 de dezembro, trazemos a reunião de camara a definição do valor de IMI a pagar em 2019, sem que nada seja referido sobre os imóveis degradados. Porque não foi discutido há mais tempo?

Na discussão do ano passado foi dito que já em 2016 a Câmara Municipal tinha deliberado que sejam iniciados os procedimentos necessários com vista à implementação do disposto no artigo 112.º, n.º 3 e 8, do Código do IMI. Estiveram então presentes três chefes de divisão, prestando esclarecimentos. Ficou claro pelo jurista que a lei existe e deve ser cumprida; a financeira disse que havia verba no orçamento para esse efeito; e a divisão de ordenamento afirmou que não lhe foi pedido nada.

O objetivo da nossa proposta era alertar para que os proprietários das casas devolutas e degradadas, se não fizerem obras irão ser penalizados.

Ficou escrito na ata de 21/12/2017, o seguinte:

“O Sr. Vereador Aurélio Ferreira mostrou-se indignado com a situação, referindo que aquilo que se delibera nas reuniões não tem qualquer validade, e teme que hoje se discuta este assunto e daqui a um ano esteja tudo na mesma. Sente que se anda aqui a “entreter”, e por isso não se sente confortável com a situação.

A Sr.ª Presidente disse que isso não irá acontecer porque também se sente incomodada com a situação.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira disse que vai votar a proposta, esperando que a situação não se volte a repetir.”

Passou um ano e tudo se repete, mesmo que a Sra. Presidente diga que está incomodada com a situação e que não irá voltar a acontecer.

Este executivo permanente, insiste em enganar o povo e os seus dignos representantes, os vereadores sem pelouros.

Como é possível ter apresentado um orçamento em Outubro, sem que antes tenhamos conhecimento da receita a receber de IMI?

Por tudo isto e por esta Câmara Municipal insistir em não cumprir a lei, mas sobretudo por não ter sido cumprido o compromisso que a Sra. Presidente assumiu e voltar a propor condições exatamente iguais às do ano passado, votamos contra.”

A Sr.ª Vereadora da CDU proferiu a seguinte declaração de voto:

“Entendi votar contra esta proposta uma vez que no ano anterior a mesma proposta veio a reunião, sendo amplamente discutida, e tendo ficado em ata que a mesma situação não se repetiria.

Confirmado que caso o Município não fixe a taxa respeitante ao ano seguinte o serviço de Finanças aplica a taxa mínima, entendi votar contra aquilo que é uma proposta contraditória à vontade de todos.”

A Sr.ª Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:

“Como os Srs. Vereadores sabem as alterações, a que no fundo todos estamos de acordo, dependem da elaboração de um regulamento para este fim que pressupõe um estudo e a identificação de todas as habitações na área da ARU, que é de cerca de 50 hectares. Mesmo que se reduzisse, o que não seria justo, ao considerado Centro Tradicional, a área é de 30 hectares. Segundo informação o que está identificado é uma pequena percentagem do existente. Ao longo deste ano temos vindo a verificar a inviabilidade por parte dos nossos serviços de executarem esta tarefa dado não termos internamente condições para o fazer. Foi por isso mesmo que ao propor este ponto informei os Srs. Vereadores de que teríamos de lançar este procedimento para alguém externo à Câmara. É isso que nos propomos fazer,

pois lamentando o facto de a esta data não podermos dar cumprimento à intenção de todos nós é a decisão que temos que tomar.

Lamentavelmente também não posso deixar de referir que continua a ser inadmissível o comportamento do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, com estas palavras acusatórias ao referir que eu estou a enganar os Vereadores e que estou a enganar o povo da minha terra. É lamentável que não haja por parte do Sr. Vereador a compreensão para todas as situações anómalas que a Câmara tem vivido ao longo destes meses, para tudo quanto são situações extras que nos tiram o tempo necessário para dar cumprimento às deliberações que tomamos, e que se tem tanta preocupação sobre a população deste concelho, não tenha vindo a trazer, a dar uma achega, a relembrar aquilo que agora vem falar tendo em permanência este tom acusatório, e continua a falar nos consensos que todos devemos ter. Seria útil também a mudança de atitude no futuro de todos nós quando se deve fazer uma reflexão de que tendo a consciência que o executivo da Câmara é de sete, não haja em responsabilidade a partilha, o alerta, a colaboração, as propostas, para que tudo corra melhor na execução daquilo a que nos propomos. Responsabilidade partilhada é também isso mesmo.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira pediu a palavra, em defesa da honra, e declarou o seguinte:

“A Sr.ª Presidente refere o meu comportamento de uma forma desajustada ao que tem acontecido neste mandato.

Quando em dezembro de 2017, no passado ano, discutimos sobre este ponto, que recomendo seja lida com muita atenção a ata de 21/12/2017, ficou claro que a Câmara não estava a cumprir a lei e que assumindo essa responsabilidade a Sr.ª Presidente iria corrigir. Disse então que também se sentia incomodada com a situação e que não iria acontecer.

Hoje, um ano passado, a discussão exatamente sobre o mesmo assunto teve a proposta de deliberação exatamente igual, ou seja, nada do que foi assumido há um ano pela Sr.ª Presidente foi cumprido. Que credibilidade podemos ter quando prometemos aos Vereadores que aceitem que se irá fazer a alteração e depois não alteramos e apresentamos uma propostas de deliberação como se nada tivesse acontecido até ali. Qualquer pessoa entenderá que foi enganada. Mais grave será quando no seio do executivo é a Sr.ª Presidente que toma esta decisão.

De pouco vale alegar que tem um tom acusatório quando relembro que o que fica plasmado em ata é para ser cumprido. Ao invés de assumirmos a incapacidade de cumprir o que assumimos, acusamos os serviços de não terem tempo de fazer o trabalho, não percebendo que tendo milhões no banco se poderia ter contratado externamente este serviço, sendo que era uma ligeira modificação das 28 que fizemos até agora.

Entendo que esta não é a forma de liderar, de gerir um executivo com apenas sete membros, e muito menos de liderar uma Câmara com mais de trezentos trabalhadores e um Município com quase quarente mil habitantes.”

Na sequência da intervenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, a Sr.ª Presidente declarou o seguinte, em defesa da honra:

“Dizer-lhe que dei a palavra ao Sr. Vereador uma vez que me pediu a defesa da honra. Sinto que em nada ofendi a sua honra dado que aquilo que tem acontecido em permanência, esta forma como se expressa relativamente à minha pessoa e às acusações que permanentemente faz à forma como conduzo esta autarquia, isto sim, tem sido uma forma desajustada de se referir à minha pessoa, isso sim, sinto que mereço mais respeito.

Tenho dúvidas sobre a afirmação do Sr. Vereador ao referir que a Câmara não estava a cumprir a lei, e portanto terei que ir avaliar esta situação.

Levanta o Sr. Vereador, em relação a mim, sobre a credibilidade que eu possa ter, quanto mais não seja os anos, o tempo, a vida que tenho dedicado à minha terra e toda a

disponibilidade que ao longo dos anos tenho tido para ajudar a valorizar em tudo aquilo a que me tenho dedicado.

A questão em causa e as acusações agora feitas por ao longo deste ano não termos dado execução interna a este assunto, não estamos de todo a acusar serviços como foi afirmado pelo Sr. Vereador, mas tão só a estarmos ao lado dos mesmos na compreensão das dificuldades com que se deparam todos os dias e na grande quantidade de trabalho que têm desenvolvido.

Não estamos aqui, nunca estivemos nem estaremos para enganar ninguém. A nossa honestidade fala por nós. O nosso respeito por esta instituição leva-nos atualmente a cumprir deliberações que foram tomadas há vinte e trinta anos atrás. Lamentavelmente não conseguimos concretizar esta agora, mas continuamos no firme propósito de logo que nos seja possível dar-lhe esse cumprimento.

Mais uma vez lamento que uma vez que o Sr. Vereador apreciou o não termos tomado a decisão de contratar os serviços externos, nunca tenha feito nenhuma proposta nesse sentido, que teria contribuído para que agora não estivéssemos todos nesta situação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

45. Redução da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis nos termos do artigo 112.º-A do CIMI

1231 - Nos termos do disposto na alínea a) do Art.º 14.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua redação atual, diploma que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o produto da cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), constitui receita dos municípios.

Conforme estipulado na alínea d) do n.º 1 do Art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal fixar anualmente o valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, mediante proposta da Câmara Municipal, conforme disposto na alínea ccc) do n.º 1 do Art.º 33.º do mesmo diploma legal.

Considerando que com a publicação da Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2016, foi aditado o artigo 112º-A ao Código do IMI.

Considerando que de acordo com o n.º 2 do Art.º 16.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, “(...) A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios. (...)”.

Considerando que em cumprimento do disposto no n.º 6 do Art.º 112.º-A do Código do IMI, a Autoridade Tributária e Aduaneira, através de email remetido a esta autarquia a 14 de setembro de 2018, veio prestar a informação necessária para se proceder ao apuramento da despesa fiscal decorrente da eventual aplicação da redução de IMI, nos termos do n.º 1 do Art.º 112º-A do Código do IMI e para cumprimento do preceituado no n.º 2 do art. 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro na sua redação atual.

Considerando que a deliberação que fixa a redução da taxa de IMI para prédios ou parte de prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que compõem o respetivo agregado familiar, deve ser comunicada à Direção Geral dos Impostos,

por transmissão eletrónica de dados, até ao dia 31 de dezembro de 2018, atento o disposto no n.º 14 do Art.º 112.º do CIMI, na sua redação atual.

Considerando a atual conjuntura económica e social do país e todo o esforço que está a ser requerido à população em geral e em especial aos municípios do concelho da Marinha Grande.

A Câmara Municipal delibera nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do Art.º 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter à aprovação da Assembleia Municipal proposta de redução da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, para prédios ou parte de prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que compõem o respetivo agregado familiar, respeitante ao ano de 2018 a liquidar no ano de 2019, atento o disposto no n.º 2 do Art.º 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua redação atual e n.º 1 do Art.º 112.º-A do CIMI, na sua redação atual, conforme o disposto no quadro seguinte, considerando que atenta a informação prestada pela Autoridade Tributária e Aduaneira tal consubstancia uma despesa fiscal de 108.340 euros, no ano de 2019.

Nº dependentes do agregado familiar	Dedução fixa (em €)
1	20,00
2	40,00
3 ou mais	70,00

Mais delibera, e atenta a necessidade da comunicação à Direção Geral dos Impostos da redução da taxa do IMI para prédios ou parte de prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que compõem o respetivo agregado familiar, até ao dia 31 de dezembro de 2018, remeter esta proposta à Assembleia Municipal para que o órgão deliberativo fixe a mesma nos termos da alínea d) do n.º 1 do Art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual em cumprimento do disposto no n.º 2 do Art.º 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua redação atual e n.º 1 do Art.º 112.º-A do CIMI.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

46. Percentagem de Participação Variável no IRS – rendimentos de 2019 a liquidar em 2020

1232 - De acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua redação atual, diploma que preceitua o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS.

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua redação atual, a participação variável no IRS depende da tomada de deliberação sobre a percentagem pretendida pelo Município, a qual tem que ser comunicada por via eletrónica à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.

Considerando os investimentos em curso e que se perspetivam lançar no concelho da Marinha Grande nas áreas das infraestruturas de redes municipais e da requalificação urbana, cuja execução física e financeira terá um forte impacto na estrutura da despesa do orçamento camarário do ano de 2019 e anos seguintes;

A Câmara Municipal delibera nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art. 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 1 do art. 25.º do mesmo diploma, de fixação da percentagem de 5% na participação variável do Município da Marinha Grande no I.R.S. no que respeita aos rendimentos relativos ao ano de 2019 a liquidar em 2020.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

47. Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2019: Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal e Orçamento

A **Sr.ª Presidente** solicitou a presença da **Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr.ª Sandra Paiva**, que prestou os esclarecimentos solicitados pelos Srs. Vereadores.

Depois de prestados todos os esclarecimentos, a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

1233 - Nos termos do ponto 2.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, apresenta-se a proposta de Documentos Previsionais do Município da Marinha Grande para o ano de 2019, constituída pelas Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal e Orçamento.

De acordo com o artigo 28.º, n.º 4 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, o mapa de pessoal deve acompanhar a proposta de orçamento.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O PERÍODO DE 2019-2022

Presente proposta das Grandes Opções do Plano, constituída pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais.

Presente proposta do Plano Plurianual de Investimentos do Município da Marinha Grande com um total de financiamento definido de 8.602.346,91 € para o ano de 2019, 6.047.791,00 € para o ano de 2020, 1.022.070,00 € para o ano de 2021, 1.056.320,00 € para o ano de 2022 e com um financiamento não definido de 20.673.037,74 €.

Presente proposta do Plano de Atividades Municipais do Município da Marinha Grande com um total de financiamento definido de 10.289.284,55 € para o ano de 2019, 11.637.693,00 €

para o ano de 2020, 11.454.963,00 € para o ano de 2021, 9.186.596,00 € para o ano de 2022 e com um financiamento não definido de 489.190,00 €.

Colocado o documento a votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido, foi o mesmo aprovado, e nos termos do disposto na alínea c) do nº 1, do art. 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi deliberado submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º, do mesmo diploma.

MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2019

Presente proposta de mapa de pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande, elaborada nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual.

Colocado o documento à votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido, e em cumprimento do disposto no artigo 29.º, n.º 4 da LTFP, conjugado com o artigo 3.º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, e artigo 33.º, n.º 1 alínea ccc) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi deliberado submetê-lo a aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º deste último diploma.

ORÇAMENTO PARA 2019

Presente proposta do Orçamento do Município da Marinha Grande para o ano de 2019, num total de 25.850.910 € procedendo-se à sua análise e discussão.

Colocados os documentos à votação foram os mesmos aprovados, e nos termos do disposto na alínea c) do nº 1, do art. 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi deliberado submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º, do mesmo diploma.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 2 votos contra dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora da CDU, Lara Lino.

A Sr.ª Vereadora da CDU proferiu a seguinte declaração de voto:

“Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2019: Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal e Orçamento

A CDU Continua a não abdicar dos princípios que aqui colocou quando da 1ª votação deste orçamento e que nos levaram a votar contra.

Esses compromissos passam, e continuarão a passar, pelo suprir das necessidades básicas da população em primeiro lugar, e pelo suprir das complementares, depois.

Mantemos que deve ser esta a lógica para a elaboração dos orçamentos Municipais e, mais do que isso, executados.

Continuamos a achar que é prioritário que existam vias de circulação capazes e dotadas de infra-estruturas, onde elas se mostrem necessárias, que melhorem a nossa qualidade de vida e também, que se criem condições para que o desenvolvimento económico do concelho

seja cada vez maior. Isto obriga a que se invista na rede de circulação, na rede de saneamento e na rede distribuidora de água, bem como nas infra-estruturas industriais.

Segundo há que criar serviços de apoio à vida, nomeadamente na educação, na saúde, na habitação na cultura e no desporto, onde investimento nas piscinas e no Mercado não podem deixar de ter lugar.

Levantámos na anterior votação do orçamento 3 problemas que reputávamos de fundamentais para o poder votar:

- Mais saneamento.*
- Mais investimento na rede de águas*
- Mais investimento na Zona Industrial*

Responde a correcção agora apresentada a estes problemas? Dizemos que: não corresponde integralmente às necessidades.

Por um lado não melhora de forma capaz o orçamento naquelas áreas mas, ainda assim, há reforço de algumas destas áreas, nomeadamente no que ao saneamento diz respeito e também, ainda que em menor escala, no que às águas concerne.

No entanto, sem execução não haverá orçamento que resista. Entendemos que a altura para analisar em concreto a execução orçamental será em Abril, quando as contas e a execução do orçamento aqui vierem para ser discutidas.

Somos de opinião que a forma como está a ser executado um dado orçamento não é motivo para que se valide ou invalide o do ano seguinte. Há “timings” para as coisas e para a sua discussão e, apesar de criticarmos a fraca execução do orçamento de 2018, isso, do nosso ponto de vista, não é motivo para que a discussão do orçamento do ano de 2019 seja inquinada.

Nesta conformidade, e porque ainda que insuficiente, achamos que houve da parte de quem propõe este orçamento alguma resposta às nossas questões com algum reforço de verbas em áreas que reputamos de fundamentais, vamos abster-nos nesta votação e permitir assim que o executivo possa ter um orçamento para gerir.

Não deixaremos porém de nos manter atentos a alterações futuras ao orçamento, nomeadamente através da inclusão do saldo de gerência, e verificar, então, se as áreas que propusemos que fossem reforçadas são objecto de um maior interesse por parte do Executivo.”

Os Srs. Vereadores do MpM proferiram a seguinte declaração de voto:

“Depois de uma proposta de orçamento reprovada por este órgão a 31 de outubro, sem qualquer tipo de contacto, abordagem ou análise conjunta das opções com os vereadores do MpM, num perfeito desajustamento do método de gestão adotado pela Sra. Presidente, surge novamente uma proposta de orçamento em pdf (onde não é possível trabalhar), com dois dias de antecedência da reunião extraordinária da sua apreciação.

Uma reunião extraordinária devia ser uma exceção, algo urgente que não se faz nas reuniões ordinárias. Por princípio seria um ou outro assunto, mas estamos perante uma ordem de trabalhos de 65 assuntos, com uma relevância fundamental para a vida do município, desde uma revisão ao orçamento deste ano, o orçamento do próximo ano, o orçamento da TUMG, a definição dos impostos que os munícipes vão ter de pagar (derrama, IMI, IRS), os apoios aos clubes. Nada disto é extraordinário e devia estar tratado há muito

tempo numa forma ordinária. Associado a esta quantidade e importância de pontos, temos apenas dois dias, com inúmeras atividades, algumas da própria câmara, como seja o 20º aniversário do Museu do Vidro, a assinatura da compra da FEIS, a visita do alcaide de San Ildefonso de La Granja e a respetiva cortesia de acompanhar e jantar, a visita de dois secretários de estado, o 25º aniversário duma empresa marinhenses, duas assembleias gerais em que a Câmara e a minha empresa são associados, e a quadra natalícia, com tudo o que a envolve. Neste contexto, que tempo nos resta para preparar devidamente esta reunião com 65 pontos? Por isso solicitámos o adiamento para segunda-feira, que não foi aceite pela Sra. Presidente.

Como referiram, e bem as vereadoras da CDU em 31 de outubro, este modo de actuar não deixa margem para que possa haver alguma discussão construtiva, aceitação de novas propostas ou mesmo uma governação com consensos.

Para além disso o documento é precisamente o anterior, apenas contempla ligeiras diferenças, conforme foi mencionado pela Sra. Presidente.

O procedimento da Sra. Presidente desta vez foi o mesmo, por isso, não podemos obter resultados diferentes. O MpM apenas discute e toma decisões responsáveis tendo em vista os superiores interesses deste concelho, e este não é com certeza a metodologia.

Um orçamento deveria ser um documento fundamental para a vida do município, ser rigoroso e concreto, e basear-se numa orientação estratégica e numa visão de médio/longo prazo, onde se tomassem as decisões mais corretas com vista à satisfação das necessidades dos munícipes.

No seguimento dos anteriores, o orçamento 2019, incluirá as despesas fixas com pessoal, a gestão corrente e alguns investimentos que são, maioritariamente, uma cópia do ano anterior, com um volume significativo de obras que, estando previstas, não se realizaram.

Continuamos sem um plano estratégico, indo ao sabor do vento, sem qualquer visão para o concelho da Marinha Grande.

O orçamento é o melhor instrumento de planeamento quando incorpora objetivos e metas bem definidas para um determinado período. Devia transmitir-nos um olhar alargado sobre a organização, a capacidade de execução orçamental e aquilo que consideramos fundamental para o desenvolvimento económico-social, afetando a qualidade de vida dos cidadãos.

Como elemento estimativo, o orçamento permite incorporar todas as rubricas que se queira, as que se pretendem realizar e as outras, como usualmente se afirma “o papel aguenta tudo”. Já a qualidade dum orçamento avalia-se pelo seu desempenho, pela capacidade de executar o que planeámos.

Desde o orçamento de 2014, que vimos insistindo que a realização das obras não depende do orçamento aprovado, mas sim de quem tem capacidade para o executar. Também por esse motivo, o nosso sentido de voto foi sempre contrário à sua aprovação com exceção do orçamento deste ano (2018), aprovado em dezembro passado, onde demos o benefício da dúvida a este novo executivo.

Entendemos que os três membros do executivo permanente precisavam que lhes fosse dada uma oportunidade para demonstrarem a sua capacidade de executar o planeado, numa forma organizada, cumprindo o plano estabelecido. Com isto decidimos não votar contra

qualquer proposta ao longo deste ano, dando o benefício da dúvida, mas agora chegámos ao momento da avaliação.

Seguindo as boas práticas de que “só melhoramos o que medimos”, antes de elaborar o orçamento 2019, solicitámos ao executivo permanente o estado do desempenho do orçamento de 2018, com um balanço da execução orçamental 2018, referenciando em cada rubrica o valor da taxa total de execução.

Sem surpresas, e na senda dos anos anteriores, o resultado foi o esperado, tínhamos em finais de outubro uma taxa de execução de despesa de capital de 23,3%. Ou seja, o investimento em obras incluídas no orçamento, está a menos de ¼ do que era previsto para este ano. Lembramos que nessa data, estava 80% do ano decorrido.

Infelizmente para os marinhenses, comprovou-se que estávamos certos nos anos em que votámos contra o orçamento apresentado e também se confirma que com os mesmos ingredientes, entenda-se o executivo PS, obtemos os mesmos resultados.

Desde o início do mandato que apresentamos propostas em todas as reuniões de Câmara, bem como no orçamento e na revisão de junho, em função das carências estruturantes da cidade e das necessidades dos munícipes. Algumas (poucas) são tidas em conta, outras não são atendidas, muitas são colocadas no orçamento e não são realizadas.

A Presidente e os outros vereadores com pelouro não compreendem a importância do orçamento aprovado e adulteram-no permanentemente (vamos na 28.ª modificação orçamental o que não acontece em lugar algum). Deixam de fora obras estruturantes para o futuro da nossa terra, como seja o desenvolvimento das zonas industriais, a criação de variantes que retirem o maior tráfego do centro (sobretudo os camiões), a criação de novos equipamentos sociais (envelhecimento, toxicodependência, prostituição, deficiência, juventude). Outras obras fundamentais vêm em todos os orçamentos dos últimos anos, como a reabilitação da adutora dos Altos Picotes, a Piscina, Parque TIR, saneamento e águas residuais em todo o concelho, o comprometimento para a revisão do regulamento dos apoios, mas não são realizadas.

Há anos que isto é assim e com este executivo manteve-se. E não podem queixar-se dos munícipes, que, felizmente, vão conseguindo gerar mais riqueza e contribuindo com os seus impostos. Neste orçamento de 2019, todos os impostos aumentam, ou seja, as empresas e os cidadãos “emprestam” cada vez mais dinheiro à Câmara, que, mesmo aumentando 20% as despesas com pessoal, tem mais dinheiro para investir em obras e não revela capacidade para o efeito.

Estamos perante um orçamento de continuidade, fictício e ilusório, em que muitas das rubricas (e milhões de euros) transitam de 2018 porque o executivo permanente, e o grupo que o acompanha, não conseguiu executar obras, demonstrando incapacidade para gerir a nossa autarquia. Este sim é o verdadeiro problema.

Em suma, e da análise dos documentos apresentados e do que foi executado em 2018, não se vislumbram quaisquer políticas de desenvolvimento económico e social, de educação, uma preocupação efetiva por uma política desportiva e de planeamento cultural, uma aposta na dinamização do comércio e promoção do turismo, um cuidado no planeamento e na organização da Câmara Municipal numa lógica de uma administração moderna, próxima dos cidadãos, e sobretudo não identificamos uma liderança e uma equipa capaz de pôr em prática um qualquer orçamento.

Por não corresponder a uma ambição de desenvolvimento para a nossa terra, que garanta uma efetiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, e fundamentalmente porque a Presidente e a sua equipa já provaram que não têm capacidade para planejar e executar as obras orçamentadas, votamos contra a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2019.”

A Sr.ª Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:

“Retiro sempre destas declarações de voto do MpM que os seus intentos, mesmo que explicados o orçamento e as alterações feitas, mesmo que devidamente fundamentadas e conhecidas por todos os membros do executivo aquilo que é o orçamento camarário, mesmo que solicitado anteriormente propostas a incluir no orçamento, mesmo que solicitado que nos sentemos à mesa para acolher o planeamento tão falado, as alterações que pretendem incluir em orçamento, não temos visto vontade do MpM para a governação com consensos. Governação esta que tem de vir de ambas as partes. O que temos ouvido desde as primeiras reuniões deste mandato são acusações permanentes de incapacidade, de “connosco seria diferente”, de dizer mal deste executivo que se tem dedicado integralmente ao cumprimento do orçamento e do plano que nele está plasmado, da sua execução, porque dizer mal não é colaborar, não é criar consensos, é participar ativamente dentro do que são as nossas obrigações enquanto autarcas neste Município.

Se fariam melhor e querem consensos façam propostas. Não vimos no primeiro orçamento que apresentámos propostas do MpM. Se olharmos as declarações de voto são as críticas, as mesmas desde a primeira hora.

São levantamentos de áreas como as Zonas Industriais que estão plasmadas no orçamento, questões de apoios a áreas sociais devidamente identificadas e plasmadas no mesmo.

Só podemos cumprir o orçamento se houver colaboração de todos, se tivermos projetos executados para o lançamento das obras, se tivermos em outubro orçamento aprovado para o ano seguinte, e nessa altura sentámo-nos a esta mesa convidando todos os Vereadores a estarem presentes no dia 3 para termos, em consenso, um orçamento devidamente elaborado e aprovado. Isto significa boa vontade, disponibilidade e querer trabalhar com todos.

Não tendo sido aprovado o orçamento em outubro, perdemos 60 dias este ano, perdemos 2 meses, pelo que estamos limitados durante este período, a não podermos lançar novos concursos.

Quero que fiquem atentos a que quando se fizer a devida avaliação do orçamento que deveria ser em abril/maio e que incluirá o saldo de gerência, tenham em conta que este ano, para este executivo, teve menos 2 meses devido a esta inviabilização.

O MpM votou sempre contra todos os orçamentos, deixando-nos, em abstenção, como referiram, o benefício da dúvida neste último orçamento quando só tinha iniciado o mandato há 2 meses, o que nos deixava e antecipava um ano difícil, como todos puderam constatar, de acusações permanentes.

O que fizemos agora relativamente ao orçamento foi proposto em outubro. Saber ouvir as afirmações feitas pelos Vereadores da Câmara que estão abertos e disponíveis à discussão do mesmo, por isso o revisitámos, tendo em conta os mesmos cerca de 25 milhões de euros, fazendo uma avaliação global ao mesmo e as possíveis alterações, tendo em conta a inscrição de maior verba no saneamento e na água, prioridade de todos.

Pudemos, como já referi na apresentação desta alteração, ir acrescentar verbas das obras que iremos realizar até ao final do ano e que na altura ainda não estavam disponíveis e também olhando todos os projetos das obras a realizar e nas fases em que estão os mesmos perceber aqueles que teríamos que lançar mais tarde.

Desta forma pensamos estar a saber ouvir quem quis colaborar neste executivo da Câmara Municipal.”

Esta declaração de voto foi subscrita pela Sr.ª Vereadora Célia Guerra.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

48. Autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais.

1234 - Considerando que:

- a) A assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal nos termos do artigo 6.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- b) Os compromissos plurianuais são compromissos que constituem a obrigação de efetuar pagamentos em mais de um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido (artigo 3.º, alínea b), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro);
- c) A autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pode ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano, artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;
- d) O artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua redação atual, admite a assunção de encargos em mais de um ano económico;

Atendendo a que:

- a) A autorização para a assunção de compromissos plurianuais relativa à reprogramação da execução de contratos administrativos já celebrados, não se traduz em novos encargos, mas na dilação de encargos já assumidos e em relação aos quais existe um vínculo jurídico cujo rompimento é suscetível de gerar o pagamento de indemnizações;
- b) Nos casos de reprogramação física e financeira de contratos administrativos em execução, é relevante a conformação do plano de trabalhos com a realidade física e que só após esta alteração se deve ter como genericamente autorizado o compromisso plurianual;
- c) Os encargos decorrentes da adjudicação e ou da execução de contratos administrativos, cujo valor se situe abaixo do limite que sujeita os contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, correspondem à realização de despesas correntes e/ou de investimento diretamente destinadas à prossecução das atribuições municipais;
- d) Em qualquer dos casos, a autorização genérica agora concedida depende de estar previamente assegurada a inclusão das verbas devidas nas Grandes Opções do Plano, nos anos em referência;

Assim, a Câmara Municipal, com os fundamentos expostos, delibera, de acordo com o artigo 32.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do artigo 24.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, propor à Assembleia Municipal:

A) A emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos:

- 1) À reprogramação da execução física e financeira de contratos administrativos já celebrados, desde que a alteração do plano de trabalhos tenha sido aprovado pelo órgão competente, independentemente do valor;
- 2) Aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas;

- 3) À aprovação de revisão de preços ou atualização de contratos já celebrados, desde que resultante de disposições legais e/ou de previsões previamente incluídas no próprio contrato;

B) Em qualquer dos casos previstos na alínea A), deve estar previamente assegurada a inclusão das verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência.

C) Em qualquer dos casos previstos na alínea A), deve estar assegurado o cumprimento de todas as disposições legais em matéria de realização de despesas públicas, designadamente em matéria de conformidade com as exigências decorrentes da existência de fundos disponíveis para o efeito.

D) Todas as situações abrangidas pela presente autorização genérica devem ser remetidas para conhecimento da Assembleia Municipal.

E) O disposto nas alíneas anteriores vigora no ano económico de 2019.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade e em minuta.

49. CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - AUMENTO DO NÍVEL REMUNERATÓRIO.

Presente a seguinte proposta:

“O artigo 9.º, n.º 1 da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, dispõe que todos os municípios podem prover cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior, a criar nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º.

Ora, do articulado, resulta que a estrutura orgânica pode prever a existência de cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior, cabendo à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, a definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, e do período de experiência profissional, bem como da respetiva remuneração, a qual deve ser fixada entre a 3.ª e 6.ª posições remuneratórias, inclusive, da carreira geral de técnico superior.

Em sessão extraordinária de 7 de dezembro de 2012, a Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal de 29 de novembro de 2012, e na sequência da adequação da estrutura orgânica, deliberou fixar em dois, o número máximo de cargos de direção intermédia de 3.º grau, designados como chefes de unidade.

Na mesma data, o órgão deliberativo, ao abrigo do disposto no artigo 4.º, n.º 3 da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, aprovou a definição das competências, área, critérios de recrutamento e remuneração do chefe de unidade, sendo que no que respeita ao último ponto, foi fixada a 3.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior (1 407,45€), com opção pelo vencimento da categoria de origem.

A nova estrutura orgânica, constante do Despacho n.º 9535/2018, publicitado na 2.ª Série do Diário da República n.º 196, de 11 de outubro, mantém os dois cargos de direção intermédia de 3.º grau.

Nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do novo Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, ao titular do cargo de direção intermédia de 3.º grau compete o desenvolvimento das competências que lhe forem delegadas ou subdelegadas e as que estão estabelecidas no regulamento, coadjuvando o titular de direção intermédia de 2.º grau de que dependa hierarquicamente, assegurando o seu bom desempenho, através da otimização de recursos humanos, materiais e financeiros e promovendo a satisfação dos destinatários da sua atividade, de acordo com os objetivos do Município, prestando apoio técnico especializado no planeamento e gestão da atividade municipal.

Assim, e considerando que:

1. O artigo 4.º, n.º 3 da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, dispõe que cabe à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, a definição da remuneração, a qual deve ser fixada entre a 3.ª e 6.ª posições remuneratórias, inclusive, da carreira geral de técnico superior;
2. A autonomia do trabalho a desenvolver pelas chefias de unidade e a responsabilidade que lhe está subjacente, não se coaduna com o nível remuneratório atribuído pela Assembleia Municipal em 2012 – 3.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior, a que corresponde o valor de 1.407,45 euros;
3. Foi inscrita dotação na proposta de documentos previsionais 2019/2022;

A Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º, n.º 3 da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a alteração da remuneração dos cargos de direção intermédia de 3.º grau, para a 6.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior, nível 31 da tabela remuneratória única, com o montante pecuniário de 2.025,35 euros.”

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** questionou se a estrutura orgânica aprovada pela Assembleia Municipal em 2012 ainda está em vigor, uma vez que já foi alterada, e por isso entende que não faz sentido tomar decisões. Propôs que se retire este ponto e que volte avir enquadrado na nova estrutura orgânica.

Face às questões colocadas pelo Sr. Vereador, a **Sr.ª Presidente** **entendeu retirar o assunto**, o que mereceu a concordância de todos os presentes, tendo solicitado que lhe sejam enviadas todas as dúvidas para que depois possa propor o assunto já devidamente esclarecido.

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

50. “Plano geral do sistema de abastecimento de água à freguesia da Marinha Grande – PA n.º 43/2018” - Aprovação da fase I

1235 - Presente “PLANO GERAL DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À FREGUESIA DA MARINHA GRANDE - Fase I”, elaborado pela ACIV - Associação para o Desenvolvimento da Engenharia Civil, Departamento de Eng.ª Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Presente informação da DQV, com a ref.ª EM/27/2018, propondo a aprovação do documento, nomeadamente por o mesmo respeitar o estipulado no ponto 1 do artigo 2º do Caderno de Encargos.

Assim, a Câmara Municipal, depois de analisar o documento e concordando com a informação técnica com a ref.^a EM/27/2018, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, nos termos do artigo 33º, n.º 1, alínea f), da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o “PLANO GERAL DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À FREGUESIA DA MARINHA GRANDE - Fase I”, elaborado pela ACIV - Associação para o Desenvolvimento da Engenharia Civil, Departamento de Eng.^a Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

51. Receção provisória - Requalificação da rua e travessa das Andorinhas - Concurso público n.º 20/2016

1236 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Auto de Recepção Provisória da obra “ Requalificação da rua e travessa das Andorinhas - Concurso público n.º 20/2016”, adjudicada por deliberação camarária, de vinte e oito de março de dois mil e dezassete, à empresa “Matos & Neves, Ld.^ª”, pelo valor de 718.305,20 € (Setecentos e dezoito mil e trezentos e cinco euros e vinte centimos).

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395º. do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

52. Receção provisória - Reabilitação do estabelecimento de restauração e de bebidas do Jardim Luís de Camões – Concurso público n.º 01/2017

1237 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Auto de Recepção Provisória da obra “Reabilitação do estabelecimento de restauração e de bebidas do Jardim Luís de Camões – Concurso público n.º 01/2017”, adjudicada por deliberação camarária, de seis de abril de dois mil e dezassete, à empresa “SUZIFIL Construções, Ld.^ª”, pelo valor de 197.916,09 € (cento e noventa e sete mil novecentos e dezasseis euros e nove centimos).

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395º. do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

53. RECEPÇÃO PROVISÓRIA - Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas da Amieira e Charneca da Amieira – Fase 3 – Concurso público n.º 18/2017

1238 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Auto de Recepção Provisória da obra “Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas da Amieira e Charneca da Amieira – Fase 3 – Concurso público n.º 18/2017”, adjudicada por deliberação camarária, de vinte e oito de agosto de abril de dois mil e dezassete, à empresa Matos & Neves, Lda., pelo valor de 91.229,89 € (noventa e um mil, duzentos e vinte e nove euros e oitenta e nove cêntimos).

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395º. do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

54. RECEPÇÃO PROVISÓRIA - Requalificação da Rua Esquerda e Rua da Almoinha Velha – Concurso público n.º 20/2017

1239 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Auto de Recepção Provisória da obra “Requalificação da Rua Esquerda e Rua da Almoinha Velha – Concurso público n.º 20/2017”, adjudicada por deliberação camarária, de dezassete de agosto de abril de dois mil e dezassete, à empresa CONTEC – Construção e Engenharia, SA, pelo valor de 282.958,09 € (duzentos e oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta e oito euros e nove cêntimos).

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395º. do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

55. RECEPÇÃO PROVISÓRIA - Rede de abastecimento em alta - São Pedro de Moel - Estabilização de taludes – Concurso público n.º 31/2017

1240 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Auto de Recepção Provisória da obra Rede de abastecimento em alta - São Pedro de Moel - Estabilização de taludes – Concurso público n.º 31/2017, adjudicada por deliberação camarária, de vinte e sete de dezembro de abril de dois mil e dezassete, à empresa DESARFATE - Desaterros de Fátima, Ld.ª, pelo valor de 175.012,77 € (cento e setenta e cinco mil, doze euros e setenta e sete cêntimos).

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e

as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395º. do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

56. NÃO RECEPÇÃO PROVISÓRIA - Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho - Concurso público n.º 15/2017

1241 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Auto de Não Recepção Provisória da obra “Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho - Concurso público n.º 15/2017”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 17 de agosto de 2017, à empresa “Arlindo Lopes Dias, Unipessoal, Lda”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra não se encontra em condições de ser recebida definitivamente, nomeadamente por:

- um dos puxadores da porta de entrada dos alunos e professores, não apresenta uma correta fixação,
- a fixação de todos os ralos dos lavatórios apresenta-se oxidada,
- a porta de acesso ao vestiário do balneário 2 apresenta-se desligada do vão,
- um dos blocos do sistema de emergência das instalações sanitárias para pessoas com mobilidade condicionada apresenta-se partido,
- uma torneira de lavatório apresenta o manípulo com deficiência,
- as portas exteriores da área QE necessitam de ser reparadas,
- as portas da zona dos professores e arrecadação, necessitam de ser reparadas,
- a porta do balneário 3 está descaída,
- o lettering da porta do balneário 3 apresenta-se mal colado,
- o tapete de entrada do balneário 3/balneário 4 apresenta dimensões não compatíveis com a respetiva caixa;

delibera aprovar o auto supra referido de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395.º, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

57. RECEPÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL - Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho - Concurso público n.º 15/2017

1242 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Auto de Recepção Provisória Parcial da obra de “Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho - Concurso público n.º 15/2017”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 17 de agosto de 2017, à empresa “Arlindo Lopes Dias, Unipessoal, Lda”, relativo aos trabalhos, a seguir identificados:

- pinturas de interior (espaços de circulação);
- impermeabilizações;
- pinturas exteriores;

- equipamento urbano;
- estores;
- instalações;
- equipamentos e sistemas de abastecimento de águas;
- rede de abastecimento de água;
- instalações AQS.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que os trabalhos foram executados de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente os trabalhos supra enunciados, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395º. do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

58. Proposta de Adendas ao contratos públicos nº 69/2018 Requalificação/Ampliação da Escola Básica da Moita - Concurso público n.º 05/2018 e n.º 93/2018 - Requalificação da Rua da Vitória - Concurso público n.º 13/2018

1243 - A Sra Presidente da Câmara Municipal apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente a informação nº I/3134/2018, de 2018.12.10, da Divisão Jurídica e de Apoio, a propor a aprovação das adendas e respetivas minutas aos contrato iniciais nº 69/2018 Requalificação/Ampliação da Escola Básica da Moita - Concurso público n.º 05/2018 e n.º 93/2018 - Requalificação da Rua da Vitória - Concurso público n.º 13/2018, celebrados a 22-08-2018 e 24-10-2018, respetivamente.

A Câmara Municipal, depois de analisar e concordando com os fundamentos de facto e de direito dos mesmos, delibera aprovar as adendas aos contratos nº 69/2018 Requalificação/Ampliação da Escola Básica da Moita - Concurso público n.º 05/2018 e n.º 93/2018 - Requalificação da Rua da Vitória - Concurso público n.º 13/2018, celebrados a 22-08-2018 e 24-10-2018, respetivamente, nos termos dos artigos 331º, artigos 98º e 36º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Delibera ainda, aprovar as minutas das adendas aos contratos já celebrados, nos termos do artigo 98º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, que se dão por integralmente reproduzidas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

59. Celebração de protocolo de parceria para o funcionamento da Orquestra Juvenil da Marinha Grande.

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“Questionamos qual o motivo por que chegou agora, dado que em 2018 não foi assim. Estamos de acordo que a publicação deve referir a parceria da Câmara e da Junta. Mas também seria de bom tom, que a Sra presidente e a Sra vereadora da cultura, estivessem presentes nessas atividades.”

Prestados todos os esclarecimentos, a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

1244 - Considerando a Informação Interna da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania com registo I/3108/2018, de 06 de dezembro, resultante do cumprimento de determinações superiores, onde é proposta a apreciação e aprovação de Protocolo de Parceria para o Funcionamento da Orquestra Juvenil da Marinha Grande, a celebrar entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Marinha Grande, dado que se reconhece que a Orquestra Juvenil desempenha uma função de natureza educativa e cultural de interesse público local e dado que a sua criação é um projeto comum, do Município e da Freguesia da Marinha Grande, que deve continuar a ser apoiado para manutenção do seu funcionamento.

Considerando a apreciação feita à minuta do Protocolo de Parceria, a celebrar entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Marinha Grande, cujo objeto é o funcionamento da Orquestra Juvenil e da Big Band da Marinha Grande.

Considerando que a criação e o funcionamento da Orquestra Juvenil é um projeto comum de parceria, estabelecida entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Marinha Grande, no quadro das respetivas atribuições, ao abrigo do disposto nos artigos 7.º, n.º 1 e n.º 2, alínea d) e 23.º, n.º 1 e n.º 2, alíneas e) e f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Considerando que a celebração do Protocolo de Parceria implica um encargo para o Município de 29.985,00 (vinte e nove mil, novecentos e oitenta e cinco euros), a transferir para a Junta de Freguesia da Marinha Grande até 31 de dezembro de 2018, correspondente à comparticipação em 75% dos custos com os monitores e outras despesas de funcionamento (despesas correntes).

Considerando que a título excecional a celebração do Protocolo de Parceria implica ainda, uma comparticipação financeira, a título excecional, de 18.000,00€ (dezoito mil euros) para a aquisição de instrumentos musicais, equipamentos e outros materiais necessários ao normal funcionamento da Orquestra Ligeira e da Escola de Música.

Considerando existe ação no Plano de Atividades Municipais registada 2018/A/207.

A Câmara Municipal ao abrigo da competência conferida pela alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º e alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar a minuta de

Protocolo de Parceria, a celebrar entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Marinha Grande, para o ano de 2019, que fica anexa e se dá por integralmente reproduzida, e submete-lo a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 na sessão da Assembleia Municipal de dezembro de 2018 e no dia útil seguinte.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade e em minuta.

ATIVIDADE FÍSICA

60. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Associação Cultural e Recreativa da Comeira.

Os Srs. Vereadores do MpM fizeram o seguinte comentário:

“Nesta lista estão todos os clubes com direito a apoio financeiro pelo desenvolvimento desportivo da época 2018/2019?

Solicitámos que após estarem todos os clubes, nos seja enviada a lista completa.

Como sabemos, os critérios utilizados estão completamente desajustados da realidade, noto que, tal como é referido na deliberação, estes critérios vêm de 1995, 1999, 2012 e recentemente, a 1 de agosto, fizemos um pequeno ajustamento, mas longe de tornar estes critérios claros, transparentes e justos.

Recordo ainda que a 1 de agosto foi assumido pela Sra. vereadora do desporto que iria rapidamente apresentar um regulamento mais adequado à realidade atual. Passaram mais de quatro meses e nada foi feito, sendo que, para a época atual continuamos a utilizar critérios com 23 anos.

Basta recordar que há clubes que têm exigido justiça, como exemplo o SCM e o ACM, que aqui temos repetidamente falado, com argumentos irrefutáveis, e que este executivo permanente, insiste em não responder.

Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios à atividade federada dos clubes. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o clube, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”

Depois de prestados todos os esclarecimentos, a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

1245 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação da cidade da Marinha Grande, tem-lhes atribuído apoios financeiros de acordo com os critérios de financiamento à atividade física federada aprovados, em 01 de agosto de 2018 necessariamente conjugados com, os “Critérios de Financiamento à Atividade Física” aprovados em deliberação de câmara, de 26 de setembro de 2012, com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09 de setembro de 1999 e com os critérios originais criados em 1995, celebrando com estes contratos-programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações e/ou federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano em curso.

Considerando que a Associação Cultural e Recreativa da Comeira, apresentou em 01 de outubro de 2018 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de Judo na época 2018/2019, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2016/A/183.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Autoridade Tributária, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira deste município.

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMEIRA	500787654	1.300,00€
--	------------------	------------------

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.

A verba está cabimentada na ação 2016/A/183 do Plano de Atividades Municipais.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

61. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato. Programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Clube Desportivo da Garcia.

1246 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação da cidade da Marinha Grande, tem-lhes atribuído apoios financeiros de acordo com os critérios de financiamento à atividade física federada aprovados, em 01 de agosto de 2018 necessariamente conjugados com, os “Critérios de Financiamento à Atividade Física” aprovados em deliberação de câmara, de 26 de setembro de 2012, com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09 de setembro de 1999 e com os critérios originais criados em 1995, celebrando com estes contratos-programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações e/ou federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano em curso.

Considerando que o Clube Desportivo da Garcia, apresentou em 28 de setembro de 2018 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de Futebol época 2018/2019, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2016/A/183.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Autoridade Tributária, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira deste município.

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:

CLUBE DESPORTIVO DA GARCIA	501395369	2.200,00€
-----------------------------------	------------------	------------------

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.

A verba está cabimentada na ação 2016/A/183 do Plano de Atividades Municipais.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

62. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato. Programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Sociedade de Beneficência e Recreio 1º Janeiro.

1247 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação da cidade da Marinha Grande, tem-lhes atribuído apoios financeiros de acordo com os critérios de financiamento à atividade física federada aprovados, em 01 de agosto de 2018 necessariamente conjugados com, os “Critérios de Financiamento à Atividade Física” aprovados em deliberação de câmara, de 26 de setembro de 2012, com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09 de setembro de 1999 e com os critérios originais criados em 1995, celebrando com estes contratos–programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações e/ou federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano em curso.

Considerando que a Sociedade de Beneficência e Recreio 1º Janeiro apresentou em 24 de setembro de 2018 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de ténis de mesa na época 2018/2019, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2016/A/183.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Autoridade Tributária, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira deste município.

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:

SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA E RECREIO 1º JANEIRO	501623051	500,00€
---	------------------	----------------

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.

A verba está cabimentada na ação 2016/A/183 do Plano de Atividades Municipais.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura

para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

63. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato. Programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Industrial Desportivo Viegense.

A **Sr.ª Vereadora Mêlina Mira** comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que faz parte da secção de patinagem do Industrial Desportivo Viegense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

1248 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação da cidade da Marinha Grande, tem-lhes atribuído apoios financeiros de acordo com os critérios de financiamento à atividade física federada aprovados, em 01 de agosto de 2018 necessariamente conjugados com, os “Critérios de Financiamento à Atividade Física” aprovados em deliberação de câmara, de 26 de setembro de 2012, com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09 de setembro de 1999 e com os critérios originais criados em 1995, celebrando com estes contratos-programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações e/ou federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano em curso.

Considerando que o Industrial Desportivo Vieiraense, apresentou em 11 de dezembro de 2018 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para as modalidades de Futebol, Atletismo, Natação e Patinagem Artística época 2018/2019, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2016/A/183.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Autoridade Tributária, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira deste município.

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:

INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE	501254242	18.254,00€
---------------------------------	-----------	------------

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.

A verba está cabimentada na ação 2016/A/183 do Plano de Atividades Municipais.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador do MpM, Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO

APOIO JURÍDICO

64. TUMG Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal SA. Instrumentos de Gestão Previsional para 2019. Mandato Discriminado

Os Srs. Vereadores do MpM fizeram os seguintes comentários:

“Questionamos se existem suportes nos autocarros para as crianças e em caso afirmativo quem os pagou.

Os passes para jovens (-12%) e seniores (-8%) continua a baixar e o valor dos transportes ocasionais são apenas 2.867,00€

Temos em caixa 187.000 €?

Continuamos sem estratégia da administração para tornar a TUMG mais eficiente, aumentando as receitas e reduzindo as despesas.

Votamos contra, com declaração de voto.”

Depois de ter prestado as informações de que dispunha, a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

1249 - Presente proposta de Instrumentos de Gestão Previsional, aprovada pelo Conselho de Administração, acompanhada por parecer emitido pelo respetivo Fiscal único.

Tendo em conta que de acordo com o artº 9º, nº 2 do Estatutos da empresa municipal TUMG Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal SA, cabe à Câmara Municipal conferir ao seu representante na Assembleia Geral mandado discriminado quanto ao conteúdo das deliberações a adotar e ao respetivo sentido de voto.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do artº 9º, nº 2 do Estatutos da empresa municipal TUMG Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal, emitir o seguinte mandato a executar pelo representante designada: aprovação dos Instrumentos de Gestão Previsional para 2019

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 2 votos a favor, 2 votos contra dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora da CDU, Lara Lino, tendo a Sr.ª Presidente da Câmara feito uso do voto de qualidade, previsto no n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os Srs. Vereadores do MpM proferiram a seguinte declaração de voto:

“O ROC emite um parecer positivo sobre o contrato programa e as políticas contabilísticas adoptadas. Adverte no entanto, que “frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes”. Este alerta, não sei se é apenas receio ou uma premonição, mas é claro que o ROC não profere uma análise sobre a gestão da TUMG, que é efectivamente o que aqui estamos a avaliar quando analisamos os documentos previsionais para 2019, 2020 e 2021.

A TUMG tem como objetivo “responder às necessidades de deslocação da população na Marinha Grande”. Para além dos transportes escolares, dos transportes subsidiados e ocasionais, da gestão do estacionamento, tem na sua atividade os transportes urbanos de passageiros. Nesta valência a TUMG estabelece com a Câmara um contrato-programa para 2019, de 456.078,24€. Sabemos que os transportes urbanos têm uma componente social, que foi indicada ser € 1,20 / bilhete.

Estes documentos de gestão previsional não revelam qualquer estratégia de incremento da atividade, fazendo com que a população passe a deslocar-se de transporte público. Finalmente chegámos à Moita, afinal era possível! No entanto, não integram propostas de melhoria ao serviço existente, nem integra novos circuitos, como por exemplo na Vieira de

Leiria e Praia da Vieira, que consideramos absolutamente essenciais. Não apresenta acções de modernização ao nível da mobilidade de transportes, designadamente a implementação de uma rede urbana de deslocação das pessoas com recurso a bicicletas, pontos de deslocação nas praias de S. Pedro e Vieira de Leiria. A apresentação, a estruturação e organização dos documentos é pouco detalhada e cuidada.

A sua atividade está restrita aos subsídios que recebe da Câmara, que vão muito para além do que seria expectável face ao custo social que a Câmara devia pagar pelas deslocações dos munícipes que não têm outra possibilidade de se deslocarem, e com os quais estamos perfeitamente de acordo.

Aliás o peso contributivo dos subsídios à exploração estão muito próximos dos 50% das receitas (47,2%). A ser ultrapassado, e ao abrigo do nr. 1.b) do art 62º da Lei 50/2012, a empresa local devia ser dissolvida. Tal só não acontece, porque a Câmara permite que a TUMG fique com o valor recebido pelo estacionamento (71.002,67 €).

Achamos que deve ser pensado num novo modelo de cumprimento das funções da TUMG, que implique maior racionalidade económica e uma maior vantagem.

Pela falta de estratégia e visão para a TUMG, entendemos votar contra esta gestão previsional para 2019, entendendo que, face aos elementos de que se dispõe nada permite perceber que a administração tenha ganhos de eficácia e eficiência com a concretização desta actividade através desta entidade empresarial municipal. “

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

65. Contrato-programa para a prestação de serviços de interesse geral de transportes de passageiros para 2019. Proposta à Assembleia Municipal

1250 - Presente proposta apresentada pela empresa municipal TUMG Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal SA.

Presente Parecer do Fiscal único, da empresa municipal, que se dá por integralmente reproduzido.

Presente minuta de contrato-programa que tem por objeto a prestação de serviços de interesse geral de transporte de passageiros pela empresa municipal TUMG -Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal SA.

Considerando que integra o objeto social da empresa municipal TUMG a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros, de acordo com a alínea a), do artigo 4.º, dos respetivos estatutos;

Considerando que constitui atribuição dos municípios o planeamento, a gestão e a realização de investimento em rede de transportes regulares urbanos que se desenvolvem exclusivamente na área do município, de acordo com a alínea c) do nº 2 do artº 23º do RJAL (Regime Jurídico das Autarquias Locais) aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que quando seja atribuída a uma empresa municipal a gestão de um serviço de interesse geral é necessária a celebração de um contrato programa, nos termos da artº 47º, nº 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local:

A Câmara Municipal, para efeitos do disposto no nº 5 do artº 47º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, e ao abrigo do disposto da alínea ccc) do nº 1 do artº 33º do RJAL, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar e propor à Assembleia Municipal a aprovação do contrato-programa, e respetiva minuta, a celebrar com a empresa TUMG Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal SA., que se dá por integralmente reprodutivo, cujo objeto é a prestação de serviço de interesse geral de transportes de passageiros, a vigorar no ano de 2019.

A presente deliberação apenas produz efeitos no dia útil seguinte à aprovação da 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 na sessão da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2018.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 2 votos a favor, 2 votos contra dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora da CDU, Lara Lino, tendo a Sr.ª Presidente da Câmara feito uso do voto de qualidade, previsto no n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os Srs. Vereadores do MpM proferiram a seguinte declaração de voto:

“O ROC emite um parecer positivo sobre o contrato programa e as políticas contabilísticas adoptadas. Adverte no entanto, que “frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes”. Este alerta, não sei se é apenas receio ou uma premonição, mas é claro que o ROC não profere uma análise sobre a gestão da TUMG, que é efectivamente o que aqui estamos a avaliar quando analisamos os documentos previsionais para 2019, 2020 e 2021.

A TUMG tem como objetivo “responder às necessidades de deslocação da população na Marinha Grande”. Para além dos transportes escolares, dos transportes subsidiados e ocasionais, da gestão do estacionamento, tem na sua atividade os transportes urbanos de passageiros. Nesta valência a TUMG estabelece com a Câmara um contrato-programa para 2019, de 456.078,24€. Sabemos que os transportes urbanos têm uma componente social, que foi indicada ser € 1,20 / bilhete.

Estes documentos de gestão previsional não revelam qualquer estratégia de incremento da atividade, fazendo com que a população passe a deslocar-se de transporte público. Finalmente chegámos à Moita, afinal era possível! No entanto, não integram propostas de melhoria ao serviço existente, nem integra novos circuitos, como por exemplo na Vieira de Leiria e Praia da Vieira, que consideramos absolutamente essenciais. Não apresenta acções de modernização ao nível da mobilidade de transportes, designadamente a implementação de uma rede urbana de deslocação das pessoas com recurso a bicicletas, pontos de deslocação nas praias de S. Pedro e Vieira de Leiria. A apresentação, a estruturação e organização dos documentos é pouco detalhada e cuidada.

A sua atividade está restrita aos subsídios que recebe da Câmara, que vão muito para além do que seria expectável face ao custo social que a Câmara devia pagar pelas deslocações dos munícipes que não têm outra possibilidade de se deslocarem, e com os quais estamos perfeitamente de acordo.

Aliás o peso contributivo dos subsídios à exploração estão muito próximos dos 50% das receitas (47,2%). A ser ultrapassado, e ao abrigo do nr. 1.b) do art 62º da Lei 50/2012, a empresa local devia ser dissolvida. Tal só não acontece, porque a Câmara permite que a TUMG fique com o valor recebido pelo estacionamento (71.002,67 €).

*Achamos que deve ser pensado num novo modelo de cumprimento das funções da TUMG, que implique maior racionalidade económica e uma maior vantagem.
Pela falta de estratégia e visão para a TUMG, entendemos votar contra esta gestão previsional para 2019, entendendo que, face aos elementos de que se dispõe nada permite perceber que a administração tenha ganhos de eficácia e eficiência com a concretização desta actividade através desta entidade empresarial municipal. “*

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. António Dias Caetano

1251 – Tal como já tinha anunciado, a **Sr.ª Presidente** apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Sr. António Dias Caetano, pai do Sr. Vereador Carlos Caetano, ocorrido ontem e cujas cerimónias fúnebres se realizam hoje.

Relembrou que o Senhor António Dias Caetano foi eleito Vereador da Câmara Municipal para o mandato 1985-1989, tendo assim servido esta autarquia e o concelho, pelo que **propôs a aprovação de um Voto de Pesar, a ser assinado por todos os presentes, que deverá ser enviado à Esposa, Filhos e restante Família, a quem a Câmara Municipal endereça as suas mais sinceras e profundas condolências.**

Este Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

E nada mais havendo a tratar, a Sr.ª Presidente encerrou a reunião eram 13:50 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária da reunião,

O conteúdo desta reunião encontra-se registado em suporte digital.
--